



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV — Nº 8

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 30 DE JANEIRO DE 1960

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal, e do art. 1º, nº IV, do Regimento Interno, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 11 de fevereiro do ano em curso, às 21 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 29, de 1957, no Senado, e nº 3.697, de 1958, na Câmara, que extingue os cargos de Depositários Judiciais da Justiça do Distrito Federal e das outras providências.

Senado Federal, em 21 de janeiro de 1960.
Senador Filinto Müller

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Filinto Müller.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Gilberto Marinho.

4.º Secretário — Senador Novaes Filho.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Heribaldo Vieira.

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Gilberto Marinho.

Novaes Filho.

Mathias Olympio.

Heribaldo Vieira.

Secretário — Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAJORIA

Líder — Lameira Bittencourt.

Vice-Líderes:

Victorino Freire.

Jefferson de Aguiar.

Moura Andrade.

DA MINORIA

Líder — João Villasboas.

Vice-Líder — Rui Palmeira.

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder — Lameira Bittencourt.

Vice-Líderes:

Victorino Freire.

Jefferson de Aguiar.

Moura Andrade.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder — Aigenuro de Figueiredo.

Vice-Líderes:

Vivaldo Lima.

Saulo Ramos.

Barros Carvalho.

DA UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder — João Villasboas.

Vice-Líder — Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder — Otávio Mangabeira.

Vice-Líder — Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder — Atilio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder — Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão de Finanças

Gaspar Velloso — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Ary Vianna.

Francisco Galotti.

Victorino Freire.

Moura Andrade.

Paulo Fernandes.

Lima Guimarães.

Fausto Cabral.

Barros de Carvalho.

Daniel Krieger.

Fernandes Fátima.

Saulo Ramos.

Irineu Bornhausen.

Fernando Corrêa.

Dix-Huit Rosado.

Mom de Sá.

SUPLENTE

PSD

1. Mezezes Pimentel.

2. Jefferson de Aguiar.

3. Rui Carneiro.

4. Jarbas Maranhão.

5. Taciano de Melo.

6. Eugênio de Barros.

PTB

1. Leonidas Mello.

2. Caiado de Castro.

3. Arlindo Rodrigues.

4. Zacarias de Assunção.

5. Guido Mondim.

UDN

1. Milton Campos.

2. Padre Cazans.

3. Rui Palmeira.

4. Coimbra Bueno.

5. João Arruda.

PL

1 Otávio Mangabeira.

Secretário — Renato de Almeida Chermont.

Reuniões — Terças-feiras, às 14 horas.

ORÇAMENTO PARA 1960

Divisão por anexos e subanexos com os respectivos Relatores

Anexo n.º

1 — Receita — Sen. Barros de Carvalho.

2 — Poder Legislativo — Sen. Milton Campos.

01 — Câmara.

02 — Senado.

3 — Órgãos Auxiliares.

01 — Tribuna de Contas — Sen. Fernandes Fátima.

02 — Conselho Nacional de Economia — Sen. Fernandes Fátima.

4 — Poder Executivo.

0101 — Presidência da República — Sen. Fernando Corrêa.

02 — Departamento Administrativo do Serviço Público — Sen. Fernando Corrêa.

03 — Estado Maior das Forças Armadas — Sen. Fernando Corrêa.

04 — Comissão de Readaptação aos Incapazes das Forças Armadas — Sen. Fernando Corrêa.

05 — Comissão de Reparações de Guerra — Sen. Fernando Corrêa.

06 — Comissão do Vale do São Francisco — Sen. Dix-Huit Rosado.

07 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica — Sen. Fernando Corrêa.

08 — Conselho Nacional do Petróleo — Sen. Fernando Corrêa.

- 00 - Conselho de Segurança Nacional - Sen. Fernando Corrêa.
 10 - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - Sen. Dix-Huit Rosado.
 11 - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira do Nordeste do País - Sen. Daniel Krieger.
 4 - 12 - Ministério da Aeronáutica - Sen. Barros de Carvalho.
 13 - Ministério da Agricultura - Sen. Paulo Fernandes.
 14 - Ministério da Educação e Cultura - Sen. Daniel Krieger.
 15 - Ministério da Fazenda - Sen. Moura Andrade.
 16 - Ministério da Guerra - Sen. Calado de Castro.
 17 - Ministério da Justiça - Sen. Victorino Freire.
 18 - Ministério da Marinha - Sen. Saulo Ramos.
 19 - Ministério das Relações Exteriores - Sen. Mem de Sá.
 20 - Ministério da Saúde - Sen. Fausto Cabral.
 21 - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - Sen. Lima Guimarães.
 22 - Ministério da Viação e Obras Públicas - Sen. Francisco Gallotti.
 5 - Poder Judiciário - Sen. Ary Vianna.
 01 - Supremo Tribunal Federal.
 02 - Tribunal Federal de Recursos.
 03 - Justiça Militar.
 04 - Justiça Eleitoral.
 05 - Justiça do Trabalho.
 06 - Justiça do Distrito Federal.

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes - Presidente.
 Daniel Krieger - Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel - Relator.
 Benedito Valladares.
 Jefferson de Aguiar.
 Ruy Carneiro.
 Lima Guimarães.
 Argemiro de Figueiredo.
 Rui Palmeira.
 Milton Campos.
 Atílio Vivacqua.

PSD

1. Gaspar Velloso.
2. Jarcas Maranhão.
3. Francisco Gallotti.
4. Ari Vianna.

PTB

1. Mourão Vieira.
2. Barros Carvalho.
3. Calado de Castro.

UDN

1. Afonso Arinos.
2. João Arruda.
3. João Villasboa.

Secretaria - Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativa.

Reuniões - Quartas-feiras, às 16 horas e 30 minutos.

Comissão de Economia

Ary Vianna - Presidente.
 Fernandes Távora - Vice-Presidente.

- Lima de Mattos. (*)
 Lima Teixeira.
 Aid. Guimarães.
 Taciano de Mello.
 Leonidas de Mello.
 Guido Mondim.
 Joaquim Parente.

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Leôncio Marinho.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00

Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00

Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SUPLENTE

PSD

1. Eugenio Barros.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Moura Andrade.

PTB

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Fausto Cabral.
3. Souza Naves.

UDN

1. Coubra Bueno.
2. Padre Calazans.

PL

Olávio Mangabeira

Secretaria - Lia da Cunha Formosa, Oficial Legislativo.

Reuniões - Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira - Presidente.
 Padre Calazans - Vice-Presidente.
 Jarcas Maranhão.

Comissões Especiais

Comissão Especial de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas - Presidente.
 Cunha Mello - Vice-Presidente.
 Jefferson de Aguiar.
 Menezes Pimentel.
 Atílio Vivacqua.
 Secretário - José da Silva Lisboa.

Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes - Presidente.
 Ruy Carneiro - Vice-Presidente.
 Jorge Maynard - Relator.
 Arlindo Rodrigues.
 Francisco Gallotti.
 Secretário - José Geraldo da Cunha.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1. Benedito Valladares - Presidente.
 2. Jorge Maynard - Vice-Presidente.
 3. Atílio Vivacqua.
 4. Lima Teixeira.
 5. Rui Palmeira.
 Secretaria - Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Legislação Agrária

Paulo Fernandes - Presidente.
 Mem de Sá - Vice-Presidente.
 Jefferson de Aguiar.
 Mourão Vieira.
 Lima Teixeira.
 Fernando Corrêa.
 Milton Campos.
 Secretário - José Geraldo da Cunha.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação

Lima Teixeira - Presidente.
 Fernandes Távora - Vice-Presidente.
 Gaspar Velloso.
 Mourão Vieira.

Francisco Gallotti.
 Gilberto Marinho (1).
 Atílio Vivacqua.
 Guido Mondim (2).

- (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Taciano de Mello.
- (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Bandeira Vaughan.
- (3) Substituído temporariamente pelo Sr. Ary Vianna.
- (4) Substituído temporariamente pelo Sr. Vivaldo Lima.

Secretário - Mício dos Santos Andrade.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição n. 2, de 1959, que acrescenta dispositivos ao art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Cunha Mello - Presidente.
 Milton Campos - Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel - Relator.
 Benedito Valladares.
 Jefferson de Aguiar.
 Ruy Carneiro.
 Gaspar Velloso.
 Gilberto Marinho.
 Lourival Fontes.
 Lima Guimarães.
 Argemiro de Figueiredo.
 Vivaldo Lima.
 Daniel Krieger.
 Rui Palmeira.
 Afonso Arinos.
 Atílio Vivacqua.

Secretário - Mício dos Santos Andrade.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constitucional n. 1, de 1959, que dispõe sobre a organização Política-Administrativa e Judiciária da Futura Capital da República.

Cunha Mello - Presidente.
 Milton Campos - Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel - Relator.
 Benedito Valladares.
 Jefferson de Aguiar.
 Ruy Carneiro.
 Gaspar Velloso.
 Lourival Fontes.
 Lima Guimarães.
 Taciano de Mello.
 Argemiro de Figueiredo.
 Vivaldo Lima.
 Daniel Krieger.
 Rui Palmeira.
 Afonso Arinos.
 Atílio Vivacqua.
 Secretário - Mício dos Santos Andrade.

Comissão de Legislação Agrária

Paulo Fernandes - Presidente.
 Mem de Sá - Vice-Presidente.
 Jefferson de Aguiar.
 Mourão Vieira.
 Lima Teixeira.
 Fernando Corrêa.
 Milton Campos.
 Secretário - José Geraldo da Cunha.

Comissão de Inquérito para apurar fatos aludidos por Sua Eminência o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

Francisco Gallotti — Presidente.
Reginaldo Fernandes — Vice-Presidente.

Moura Andrade — Relator.
Gaspar Velloso.
Vivaldo Lima.
Caetano de Castro.
Paulo Fernandes.
Argemiro de Figueiredo.
Lourival Fontes.
Lima Guimarães.
Daniel Krieger.
Rui Palmeira.
João Villasboas.
Atílio Vivacqua.
Novais Filho.
Jorge Maynard.

Secretária — Isnard Sarros de Albuquerque Mello.

Comissão de Estudo do Projeto destinado ao Senado Federal em Brasília.

Cunha Mello — Presidente.
Francisco Gallotti — Vice-Presidente.

Colmbra Bueno.
Mourão Vieira.
Jorge Maynard.
Isaack Brown — Consultor Técnico
Secretária — Alva Lirio Rodrigues.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Mudança da Capital

Colmbra Bueno.
Paulo Fernandes.
Lima Guimarães.
Lino de Matos.

Secretário — Sebastião Veiga.

Comissão Especial de Reforma da Constituição n. 1, de 1958

Gilberto Marinho.
Benedito Valladares.
Gaspar Velloso.
Públio de Mello.
Argemiro de Figueiredo (1).
Vivaldo Lima.
Daniel Krieger.
Rui Palmeira.
Affonso Arinos.
Atílio Vivacqua.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Caetano de Castro.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Eugênio de Barros.
(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Ary Vianna.

Secretário — Mécio dos Santos Andrade.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda Constitucional n. 1, de 1959, que dispõe sobre a organização Política Administrativa e Judiciária da Futura Capital da República.

Cunha Mello — Presidente.
Milton Campos — Vice-Presidente.
Menezes Pimentel.
Benedito Valladares.
Jefferson de Aguiar.

Ruy Carneiro. (2)
Gaspar Velloso.
Taciano de Mello.
Lourival Fontes.
Lima Guimarães.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos de Código Eleitoral e Partidário

João Villasboas.
Mem de Sá.
Menezes Pimentel.
Argemiro de Figueiredo.
Lameira Bittencourt.
Abelardo Jurema.
Cunha Mello.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda Constitucional n. 2, de 1959, que acrescenta dispositivo ao art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a transformação do atual Distrito Federal em Estado da Guanabara.

Cunha Mello — Presidente.
Milton Campos — Vice-Presidente.
Menezes Pimentel.
Benedito Valladares.
Jefferson de Aguiar.
Rui Carneiro (2).
Gaspar Velloso (4).
Gilberto Marinho.
Lourival Fontes.
Lima Guimarães (3).
Vivaldo Lima.
Daniel Krieger.
Rui Palmeira.
Affonso Arinos.
Atílio Vivacqua.
Argemiro de Figueiredo (1).
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Caetano de Castro.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Eugênio de Barros.

SUPLENTE

PSD
1. Taciano de Mello.
2. Eugênio Barros.

PTB

1. Vivaldo Lima.

UDN

1. Fernandes Távora.
2. Dix-Huit Rosado.
Secretária — Alva Lirio Rodrigues.
Oficial Legislativo.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Francisco Gallotti — Presidente.
Souza Naves — Vice-Presidente.
Eugênio Barros.
Colmbra Bueno.
Taciano de Mello.

SUPLENTE

PSD
1. Ary Vianna.
2. Victorino Freire.
3. Paulo Fernandes.

PTB

1. Fausto Cabral.

UDN

1. Joaquim Parente.
Secretária — Isnard Sarros de Albuquerque Mello. Oficial Legislativo.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.
Paulo Fernandes.
Regina de Fernandes.
Mem de Sá.

UDN

1. Fernandes Távora.
Secretária — Oi. Leg. Alva Lirio Rodrigues.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Fernando Corrêa da Costa.
Pedro Ludovico.
Miguel Couto.

PTB

1. Lourival Fontes.

UDN

1. Reginaldo Fernandes.
2. Fernando Corrêa.
Secretária — Romilda Duarte, Oficial Legislativo classe N.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Rui Carneiro — Vice-Presidente.
Caetano de Castro.
João Arruda.
Jefferson de Aguiar.
Menezes Pimentel.
Souza Naves.
Lino de Matos.
Irineu Bornhausen.

SUPLENTE

PSD

1. Francisco Gallotti.
2. Ary Vianna.
3. Sebastião Archer.

PTB

1. Lourival Fontes.
2. Vivaldo Lima.
3. Miguel Couto.

UDN

1. Dix-Huit Rosado.
2. Paulo Cazans.
Secretária — Eulália O. de Sá.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16,30 horas.
Fernando Corrêa.
Pedro Ludovico.
Zacharias de Assumpção.

Comissão de Redação

1. Mourão Vieira — Presidente.
2. Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3. Affonso Arinos.
4. Ary Vianna.
5. Padre Calazans.

SUPLENTE

PSD

1. Menezes Pimentel.
2. Rui Carneiro.

UDN

1. Daniel Krieger.
2. Joaquim Parente.

PTB

1. Lourival Fontes.
Secretária — Cecília de Rezende Marinho.
Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Afonso Arinos — Presidente.
Benedito Valladares — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso.
Moura Andrade.
Lourival Fontes.
Miguel Couto.

Vivaldo Lima.
Rui Palmeira.
Mem de Sá.

SUPLENTE

PSD

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Paulo Fernandes.

PTB

1. Lima Guimarães.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Mourão Vieira.

UDN

1. Milton Campos.
2. João Villasboas.

PL

1. Otávio Mangabeira.
Secretário — João Batista Castelan Branco. Oficial Legislativo.
Reuniões — Quarta-feiras, às 15,30 horas.

SUPLENTE

PSD

1. Moura Andrade.
2. Sebastião Archer.

PTB

1. Lima Teixeira.
2. Leonidas Melo.

UDN

1. Afonso Arinos.
2. Milton Campos.

PL

2. Otávio Mangabeira.
Secretária — Oliva Gallotti, Oficial Legislativo.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Jefferson de Aguiar — Presidente.
Caetano de Castro — Vice-Presidente.
Fernando Corrêa.
Joaquim Maranhão.
Jorge Maynard.
Pedro Ludovico.
Zacharias de Assumpção.

SUPLENTE

PSD

1. Francisco Gallotti.
2. Ruy Carneiro.
3. Taciano de Mello.

PTB

1. Saulo Ramos.
2. Lima Teixeira.
Secretária — Maria de Carmo Rodon Ribeiro Saraiva — Oficial Legislativo PL-7.
Reuniões — Quintas-feiras, às 14 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Daniel Krieger — Presidente.
Joaquim Maranhão — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Caetano de Castro.
Afonso Rodrigues.
Joaquim Parente.
Mem de Sá.

SUPLENTE

PSD

1. Rui Carneiro.
2. Moura Andrade.

PTB

1. Leonidas Melo.
2. Zacharias de Assumpção.

ATA DA 7.ª SESSÃO DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 4.ª LEGISLATURA, EM 29 DE JANEIRO DE 1960

PRESIDÊNCIA DO SR. JOÃO GOULART

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Vivaldo Lima — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Eugênio Barros — Leonidas Mello — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Reginaldo Fernandes — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Freitas Cavalcanti — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Lourival Pontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Atilio Vivacqua — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Paulo Fernandes — Miguel Couto — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Benedito Valadares — Lima Guimarães — Milton Campos — Lino de Mattos — Taciano de Mello — João Villalobos — Fernando Corrêa — Gaspar Velloso — Saulo Ramos — Daniel Krieger — Mem de Sá — Guido Amorim (48).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 4.º Secretário, servindo de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário dá conta da seguinte

Expediente

Aviso:

Do Sr. Ministro da Fazenda, nº 15, comunicando estar enviando esforços no sentido de serem utilizados os estabelecimentos a que se refere o Regulamento nº 97, do Sr. Gilberto Marinho.

Dá-se conhecimento ao Requerente.

Offício:

Do Sr. Ministro das Relações Exteriores, nº 41, nos seguintes termos:

DAI-41-540 80/43) — Em 30 de dezembro de 1959

Aprovação pelo Congresso Nacional do Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros entre o Brasil e o Paraguai. (1958).

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 946, de 15 de dezembro corrente, com o qual Vossa Excelência me enviou o original do Decreto Legislativo nº 22, de 15 de dezembro de 1959, que aprovou o Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros entre o Brasil e o Paraguai, assinado no Rio de Janeiro, a 21 de setembro de 1958.

2. Muito agradeço a Vossa Excelência a gentileza dessa remessa. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Horácio Lafer.

O SR. PRESIDENTE:

— Está lida a leitura do expediente.

Em virtude de deliberação ontem tomada pelo Senado, destina-se o ex-

pediente da sessão de hoje a reverenciar a memória do grande brasileiro que foi o Embaixador Osvaldo Aranha.

Vários Senhores Senadores inscreveram-se para esse fim, e a palavra lhes será dada pela ordem de inscrição.

Com a palavra o nobre Senador Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS:

Sr. Presidente, por honrosa delegação do meu líder, cabe-me exprimir, neste momento, o profundo pesar da União Democrática Nacional, em face do prematuro e inesperado desaparecimento de Osvaldo Aranha.

Devo dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que foi com íntimo desvanecimento. O Senado desculpará, assim, que, rosa, mas honrosa incumbência de minha bancada, porque as minhas credenciais, os meus títulos e as justificativas desta investidura fundam-se na amizade sem jaca, sem manchas, sem crises e sem dúvidas que me ligou durante 30 anos aquele grande brasileiro.

O Senado desculpou, assim, que, ocupando a tribuna, embora em caráter de representante de uma bancada, o humilde orador não perca a oportunidade de colocar a sua homenagem naquele terreno em que florescem com mais vigor, mais colorido e mais vivo as flores inarredáveis da saudade, que é precisamente o terreno da emoção, da sensibilidade e do afeto. Sei que neste terreno, também usará da palavra, em seguida a mim, meu querido companheiro de bancada e bravo líder, Senador Daniel Krieger, cujas relações com Osvaldo Aranha tinham, efetivamente, o caráter de fraternais e que as minhas se sobrelevam pela circunstância de se terem desenvolvido no mesmo rincão, na mesma querência: na gloriosa planura do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, utilizando aquela prerrogativa que a mim mesmo me outorguei de atrevido falar em nome da Bancada, também recordar, em meu nome pessoal, episódios que me ligaram à vida de Osvaldo Aranha, devo dizer aos meus ilustres Pares que para explicar até que ponto ia a tessitura íntima da nossa afeição, não me cabe mais do que lembrar esta simples circunstância: nos dias mais dramáticos da minha vida — o do sepultamento do meu irmão Virgílio e o do enterramento de meu pai — foi em companhia de Osvaldo Aranha, que me foi buscar no seu automóvel, que cumprí a dolorosa peregrinação. Portanto, evoco aqui, o amigo ao mesmo tempo que o grande brasileiro, a figura esplendorosa que, dominou, pelas suas qualidades positivas de graça, de talento, de bravura, de generosidade, de ímpeto criador, de patriotismo e de exuberância o cenário de sua geração.

Recordo-o, mas ao mesmo tempo faço questão de lembrar o querido amigo, que, em tantas oportunidades, encontrei naquele ponto em que se vai realmente encontrar o amigo: o de mais dificuldades e de maior risco.

A propósito desta afirmativa, quero apenas recordar três episódios: O primeiro: no dia 24 de agosto, pelas três horas da manhã, estando eu, como toda a cidade, ouvindo pelo rádio as peripécias que se desenvolviam no Palácio do Catete — acompanhando ansioso e apreensivo o drama que se aproximava — não quis deixar de enviar a Osvaldo Aranha uma palavra pessoal de lembrança, de solidariedade e de afeição. Por intermédio de um seu irmão — visto que com ele não me pude comunicar pessoalmente pelo telefone — mandei-lhe nessa madrugada, às três horas, em face do desfalecimento que se aproximava, em face do desabamen-

to evidente daquela estrutura de governo na qual estava ele integrado, a minha palavra de solidariedade e de afeição.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, como correm inesperados os dias da política, como mudam as nuvens do céu o panorama da vida pública. Na triste e chuvosa madrugada do dia 11 de novembro, estava eu na sala de trabalho da minha residência. Eram cinco horas e começavam a reunir-se naquela sala os meus companheiros de Partido — lembro-me, ocasionalmente, de Guilherme Machado, Rondon Pacheco e outros — quando toca o telefone oficial que possuía por ser o Líder da Oposição e ouço a voz de Osvaldo Aranha que me dizia: "Preparei para ti e tua família, um apartamento aqui na minha casa e espero que possas sair da tua casa e aqui chegar para ficar comigo". Disse-lhe, então: "Osvaldo, a minha trincheira e a minha casa. Não sei o que ocorrerá hoje nesta cidade, mas de uma coisa sei — só sairei daqui para ir à tribuna da Câmara".

Sr. Presidente, Osvaldo Aranha, que V. Exa. bem conheceu, deu uma daquelas suas risadas contagiosas e disse-me com aquela pronúncia gaúcha e aquela facilidade com que, nos pampas, se emprega a segunda pessoa, do singular essas palavras que tornam um gaúcho e um prêmio para a minha atitude tomada sem qualquer jactância, atitude humilde de quem cumpria seu dever: "Eu sabia que tu ias responder-me isto".

No dia vinte e um ou vinte e dois de agosto, as vésperas do drama, que a todos nós submergiu e de que todos fomos mais ou menos vítimas, fui também, no fim da tarde, ao Ministério da Fazenda, onde tinha entrada franca, para ver e manifestar-lhe a presença de minha afeição. Subi por aquele elevador privativo que sai do porão, desembarquei no gabinete, e ele recebeu-me de pé. Disse-lhe eu: "Osvaldo, aqui venho trazer-lhe meu abraço, neste momento, e afirmar-lhe que continuo hoje como sempre fui". Sua resposta, que me pareceu admirável, foi esta: "Estou, neste momento, como marinheiro em submarino naufragado. Não deixarei meu posto em meu submarino no fundo das águas".

Essas recordações de natureza puramente circunstancial servem, entretanto, para dar minha impressão sobre aquele admirável combatente. Admirável, porque era o combatente que tinha cóleras, mas nunca teve ódios; era o combatente sempre pronto, como se diz no Evangelho, a oferecer a mão e o auxílio ao adversário vencido. Ele foi, sem dúvida, alguma, a figura central, o eixo, o ponto nuclear do movimento de 1930. De resto, quando hoje nós percorremos, com as nossas miradas indagadoras, os claros abertos nos flancos da nossa geração, a geração de 30, chegamos à verificação melancólica de que quase todos penetraram no reinado das sombras ou da luz, conforme a posição subjetiva de quem aprecia este aspecto da matéria. Mortos estão Getúlio Vargas, Collor, Mauricio e, agora, Aranha, no Estado de V. Exa.

O Sr. Mem de Sá — E Flores da Cunha.

O SR. AFONSO ARINOS — Flores, diz bem meu querido companheiro Senador Mem de Sá; Flores, que ainda outro dia se sentava a meu lado na primeira linha da Câmara dos Deputados.

O Sr. Sérgio Marinho — Virgílio de Melo Franco.

O SR. AFONSO ARINOS — Em Minas, como bem lembra o caro colega Senador Sérgio Marinho, Virgílio de Melo Franco, Odilon Braga, Cristiano Machado, e, além destes, Góes Monteiro, Ari Parreiras, Armando de Sales Oliveira.

O Sr. Mem de Sá — João Alberto.

O SR. AFONSO ARINOS — João Alberto, cujos últimos dias foram

por mim e por Aranha apreciados e lamentados em conjunto, na ante-sala do seu quarto, na casa de saúde de Botafogo. A beira do seu leito, trocamos comovidas confidências, vendo a inocência e a absoluta ilusão com que o nosso amigo falava dos seus planos de deixar completamente a vida pública e recolher-se a pequena casa que pretendia construir no litoral de Cabo Frio.

E tantos mais Sr. Presidente, são os mortos, tão densa e numerosa é esta coluna que marcha, vinda da Revolução para a posteridade que, hoje, poderíamos fazer o contrário; relembrar os poucos líderes que ainda subsistem, a começar pelo grande Brigadeiro Eduardo Gomes, por José Américo Jurek, Távora, Juracy Magalhães.

O Sr. Mem de Sá — Perdão a interrupção: João Neves da Fontoura, Raul Pilla.

O SR. AFONSO ARINOS — Tem V. Exa. toda a razão, e eu me peritencio. Sabe o nobre colega que, numa oração, improvisada, e perturbada, até certo ponto, pela comoção, esses lapsos são inevitáveis. Inclua, assim, os nomes desses dois ímprobos Rio-grandenses entre os daqueles que, felizmente, graças a Deus, encontramos ao nosso lado e esperamos vê-lo durante muito tempo.

Dizia, Sr. Presidente, que esta observação do panorama de 1930, dos que estão entre nós e dos que nós se afastaram, oferece-nos, ao lado de outras razões, a segurança de que podemos analisar aquele movimento definitivamente já como um episódio da História do nosso País.

A Revolução de 30, tão mal julgada por vezes e, ainda recentemente, e quem sabe mesmo entre nós, tão mal julgada, a Revolução de 30, informe na definição e na projeção das suas consequências: a Revolução de 30, perdida no tumulto dos seus naturais desdobramentos, perdeu um pouco, para nós, a nitidez dos seus contornos e a clareza das suas perspectivas. É urge que nós, hoje, pressionados, abalados, movidos, impenidos por acontecimentos como este, da morte de Osvaldo Aranha, nos detenhamos um pouco voltado para ela, e procuremos penetrar o âmago do seu significado, discernir a luz da sua mensagem e da sua revelação. Não há dúvida de que, para mim, se no meio natural a evolução é incessante e as transformações se operam mediante modificações imperceptíveis na estrutura dos seres, não há dúvida de que, se no meio natural se pode sustentar essa tese evolucionista, eu diria, Sr. Presidente, que no meio social, no meio histórico, não é muito isto o que se dá.

Os movimentos históricos são circulares, são globais e são ciclos. Eles nascem em virtude de contingências identificáveis e de causas definitivas; eles se encerram de uma forma que não dificilmente poderão enganar ao observador habituado aos fenômenos históricos.

Nesse rumo ou nessa ordem de considerações eu diria, que o movimento de 1930 representa um dos ciclos da História Política, da História Intelectual do Brasil.

Nos cursos que tenho tido a fortuna de dar, como modesto estudioso da nossa História — principalmente nas tentativas, que já fiz, de integração e de organização da nossa História Econômica — sempre saí-me bem na técnica ou no processo de compreender o nosso passado dentro de ciclos fechados: o ciclo do pau-brasil, o ciclo do açúcar, o ciclo do Brasil, o ciclo do açúcar, o ciclo industrial.

Se levamos também essa mesma técnica de observação e de apreensão para o exame do nosso passado político e ideológico, por que não compreender a história política sem o es-

tudo apurado, sem a investigação e o diagnóstico dos seus fundamentos intelectuais; se transpusermos para o plano da história política essa técnica de observação, veremos que o nosso passado, que a nossa Nação, que o nosso povo, que a nossa Pátria, atravessou também, determinados ciclos evolutivos com uma integração de todos os seus elementos.

Poderíamos falar num ciclo de desligamento das Metrópoles que coincide com os albos e as primeiras manifestações da consciência nacional. Colocaríamos então — quem sabe? — na Guerra da Independência, na Guerra dos Mascates, na Inconfidência Mineira — e aqui deixo a preferência das bancadas senadoras, de acordo com as inclinações sentimentais de cada qual as origens desses processos, mas que, evidentemente, têm uma certa sintonia, uma certa harmonia, uma certa identidade que chega ao ápice não no 7 de Setembro, propriamente, aonde foi a clarinada, o desfilar da bandeira vitoriosa, mas no 7 de Abril, que se processou, afinal, com o desligamento completo político e a criação da nossa nacionalidade.

A República nasceu também — e pressentimos o seu nascimento — na Assembleia Constituinte. Nós a vimos surgida da ideologia dos libertários, da audácia dos inovadores, da aventura daqueles que se colocam à frente das idéias.

Já desde a primeira Constituinte assistimos ao impulso de seu amadurecimento através da Federação, através da Abolição, através da questão militar que sucedeu à Guerra do Paraguai, até que chegamos à maturação da República e sua instalação definitiva no 15 de Novembro.

O movimento de 30 tem qualquer coisa também de específico, de individual e próprio na História política do Brasil. E' ainda cedo para que possamos definir, em palavras nitidas, em conceitos irretorquíveis o que esse movimento significa. De qualquer forma, porém, eu que dele participei na minha juventude, eu que assisti, na minha casa, na casa de meu pai, aos seus conciliabulos prévios, eu que acompanhei com o coração fumegando a marcha dos entendimentos conspiratórios, eu que, preso a um leito de hospital, com o pulmão ferido, não por bala — infelizmente não sou herói — mas pelo trabalho subterrâneo e latente dos bacilos de Kech; eu que presenciei, portanto, esse desenvolvimento, posso dizer bem que ele representou a abertura de uma porta que possibilitou a erupção das massas populares em direção ao poder.

Nós rompemos as grilhetas da oligarquia eleitoral, abrimos as portas à presença de forças profundas que se organizavam dentro do país e não tinham a válvula de escape, a alavanca de atuação e a possibilidade de expressão dentro daquela República cuja super-estrutura era pequena e estreita demais para conter a multiplicação e a variedade da sub-estrutura social e econômica.

Abrimos, de fato, essas portas à erupção e à força de um novo Brasil. Estou certo de que muitos de nós se sacrificaram nessa arrancada, porque entre o período em que o novo país vai plasmar a sua ordem política naqueles princípios democráticos, e a época da nova ordem que ela pressupõe muitos anos passarão ainda. Nós destruímos a máquina e não pudemos ainda reconstruir outras nos moldes do nosso idealismo, fundada na justiça, na altivez, na moralidade e na liberdade.

Todavia, Sr. Presidente, o que é indiscutível, é que com a rutura daqueles diques, com a pressão exercida por aquele movimento democrático, liberal e intelectual, nós sabíamos muito bem que estávamos abrindo as comportas para a erupção de forças populares que talvez não correspon-

dessem as linhas em que o próprio movimento se orientava. Então, a contradição de Oswaldo Aranha e de

multos que, como ele, agiam e pensavam, é, no fundo, a contradição da nossa geração, a contradição da geração de 1930, que fez uma revolução pela democracia, representativa sabendo que ela ia levar à democracia social mas que não conseguiu construir e forjar os instrumentos da transformação dessa democracia representativa no campo de ação e no processo de desenvolvimento da democracia social.

O Sr. João Villasboas — Apesar da revolução de 1930.

O SR. AFFONSO ARINOS — Apesar da revolução de 1930, diz bem o nome Senador João Villasboas, e apesar do movimento de 1937 que, com todos os vícios, não foi mais do que uma espécie de Império napoleônico após a revolução francesa. Foi a reação da tirania, para corporificar e exprimir, num certo sentido, essa força irracional, que subia do fundo do povo e que tínhamos libertado com o golpe de 3 de outubro.

De tudo isso, Sr. Presidente, Oswaldo Aranha foi o centro energético, o centro intelectual, o centro de bravura, de simpatia humana, de generosidade e emotividade. Ele possuía a capacidade rara de ter o mesmo prestígio no meio civil e no militar. Como animador, como propulsor como condutor, ele foi o centro da revolução de 1930. Posso dar meu depoimento, porque quasi que assisti às conspirações no quarto de Francisco Campos, o grande líder mineiro de que não me tinha recordado e que faço questão de citar, e no quarto de Neves da Fontoura, no Hotel Glória. Digo que quasi que assisti porque deles participavam meu pai e meu irmão.

A verdade é que Oswaldo Aranha era de fato o dinamo, a nebulosa em torno da qual girava aquela constelação estelar da juventude brasileira em busca da rutura das grilhetas, a procura de um novo ideal. Ele foi — digo a V. Ex.^a — realmente, o centro da história do Brasil, naquele momento.

As transformações que o país sofreu, e vem sofrendo, nós as assistimos, nós as conhecemos, delas participamos e entregamos sua efetivação aos mais moços que vêm na nossa trilha e compreendem nossa atuação.

Sinto, dentro de mim, a capacidade de renúncia e o desinteresse suficiente para dar, a qualquer momento, a minha missão política por encerrada, porque sei que muitos dos meus ideais são entendidos pela mocidade, que néles está integrada. Precisamos animar, suspender, elevar a alma dos moços no sentido daquela nossa linha de liberdade, de justiça, de moral, a fim de que possam praticar os atos necessários à revolução, que se deve processar no Brasil, a revolução do maior número, do bem estar comum, da codificação dentro dos quadros da democracia e da estrutura social.

Oswaldo Aranha bem compreendia isso, mas, muitas vezes o ouvi dizer-se velho para levar a tal aventura. Respondia-lhe que eu, que era bem mais moço que ele, considerava-me também velho para responsabilizar-me por um mecanismo daquele jaez, mas não ignorava a passagem sucessiva do facho de progresso e de aventura de geração para geração.

Miguel de Montaigne, meu mestre de todas as horas, no seu famoso ensaio sobre a morte, dizia: "a morte não é nada em si, o terrível é o fato de morrer". E acrescentava: "os velhos vão para a morte, a morte vem para os moços". Oswaldo Aranha não era mais moço; não era, entretanto, ainda velho. Ele não foi para a morte; a morte não veio a ele; ele talvez se tenha encontrado inesperadamente com a morte.

O que restará de Oswaldo Aranha? Eu diria, Sr. Presidente, que a morte é uma terrível estatuária, é uma escultura tenível. Ela surpreende, a crueldade da sua indiferença, os tra-

ços que sobre existem ao passamento e a desaparecimento do espírito.

A morte é uma estatuária que deixa marcada na fisionomia dos mortos a revelação tremenda do que foram em vida, e ontem, quando olhava a cabeça recumbida de Oswaldo Aranha, marcada como uma estatuária pela terrível escultura que é a morte, senti por detrás daquelas nobres linhas o desaparecimento de todo o contingente, a fusão de toda escória e a manutenção da beleza da gentileza e da grandeza. O que havia néle de contingente, de erros e de defeitos, que todos temos e ele teve, havia sido apagado pela morte, como um calinho, como uma fusão metálica em que a escória desaparece e fica o metal nobre nas suas formas inangíveis. Então, eu diria que ao ver aquela cabeça, ao me curvar perante ela, profundamente comovido, ao pronunciar, como católico, à minha oração senti que da memória de Oswaldo Aranha como sua nobre fisionomia. Vão ficar aquelas traços que representam a sua grandeza permanente grandeza que estava no fundo do seu coração. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger segundo orador inscrito.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Não foi revisito pelo orador) — Sr. Presidente Srs. Senadores preliminarmente agradeço a V. Ex.^a e aos oradores inscritos o privilégio que me deram de falar em segundo lugar.

Seneca dizia que nos enganamos precocemente em considerar a morte algo de futuro.

Nunca Sr. Presidente e Srs. Senadores, senti tão profundamente a verdade dessa asserção quando vi morrer, em poucos minutos, Oswaldo Aranha — aquele sol que entrava no horizonte para não mais volver, mas que nos tinha deslumbrado com o brilho da sua inteligência e aquecido com o calor da sua ternura.

Sr. Presidente, na noite que antecedeu sua morte fui como a rabito preto a sua casa. Quando todos os assistentes se retiraram, perguntei-me no branco e pedi-me que falasse; desejava falar-me. Palestrei com ele por mais de uma hora, de coração a coração, como sempre o fazíamos. O que conversamos não é do domínio público; mas eu lhes digo teria saído daquela conversa, se me fosse possível, com maior admiração pela integridade de seu caráter e pelo profundo do seu amor ao Brasil.

Devo pois Sr. Presidente, dizer algumas palavras, em meu próprio nome — porque não desejo, nesta hora, falar em nome de ninguém, senão em meu próprio — sobre essa grande e magnífica personalidade que encheu de glória diversas páginas do Brasil, que foi Oswaldo Aranha.

Nascido no Alegrete de berço não digi de ouro, mas filho de abastados fazendeiros rio-grandenses; seu pai levou para a sua formação o adiantado espírito paulista, e sua mãe, senhora de grandes e magníficas virtudes, toda a tradição e toda a glória sul-riograndenses.

Estudante magnífico, nunca podia Oswaldo Aranha ficar em segundo plano; era como o condestável de Bourbon; moço ainda, mas trazia a vitória nos olhos. Líder da sua geração, foi orador de sua turma. Transferindo-se para o Rio Grande do Sul, trabalhou em nossa região; e foi advogado magnífico até o advento da Revolução de 1923, quando ingressou na Coluna Oeste, sob o comando do inesquecível e querido Jos^é Antônio Flores da Cunha. Nessa luta envolveu-se com a bravura e a generosidade que lhes eram próprias.

Terminada a contenda sobre os riograndenses desceu o espírito da paz no solo generalizado de toda a nossa gente.

Deputado estadual pelo seu Partido; Deputado federal, alcançou-o a eleição do eminente Presidente Getúlio Vargas para governador do Estado. Não podendo S. Ex.^a prescindir da colaboração do jovem e brilhante advogado levou-o para Secretário do Interior do Rio Grande do Sul.

Os acontecimentos políticos determinaram uma fratura na contenda da maioria e surgiu como candidato da Aliança Liberal, como candidato da aspiração incontida do povo brasileiro o eminente Sr. Getúlio Vargas. As contendas políticas de então — faço essa asserção sem o objetivo de agravar — não se resolviam na pureza das urnas; fazia-se necessário para modificá-las métodos mais drásticos; e esse só poderia ser a revolução.

Oswaldo Aranha, Secretário do Interior, nimbado pelo esplendor da mocidade e de um talento que beirava o gênio, foi a figur acentual da Revolução de 30. A ele se aglutinaram todas as forças desejosas de um Brasil melhor, mais livre mas feliz. O triunfo da Revolução alçou-o a posições na República.

Não desejo defer-me no exame das suas múltiplas atividades apenas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, falar sobre a sua passagem no Ministério do Exterior. Para mim, foi a mais alta e a mais fecunda da sua vida.

Ministro das Relações Exteriores, em época conturbada em que medrava, florescia e imperava a idéia totalitária do mundo, foi Oswaldo Aranha, com aquela coragem e com aquela tenacidade que sabia ter nas horas decisivas, o grande homem do Brasil, naquela hora tormentosa para a causa da liberdade, da honra e da humanidade indiscutivelmente representada pela França derrotada e a Inglaterra resistente.

Esse homem, cuja vida se extinguiu e cuja grandeza, infelizmente, só depois de morto poderá medir-se nas suas magníficas proporções, acinua de homem público e de estadista — e foi dos maiores — era um coração generoso e inextinguível. Não conheço outro que tivesse tão profundo sentimento humano. Chegava, agora nos últimos anos da vida, a renegar o seu temperamento combativo, para concordar com aqueles que o cercavam, embora no erro, porque seu coração magnânimo não admitia divergências com seus amigos.

Louvo o Governo do Rio Grande do Sul — e o faço com isenção e altitude — que reivindicou seus restos mortais, para que dormissem para sempre na terra de sua mãe e de seus filhos. Tudo fiz, a fim de que eles reposassem no Rio Grande do Sul; mas confesso, comovi-me ante a figura sofredora de sua esposa. Não tive coragem de lhe falar, por não desejar afastá-la, nos últimos anos da sua vida, dos despojos de seu esposo. Estou certo de que Oswaldo Aranha pensava como Alves Mendes, quando dizia: — "Se, ao vir à luz do mundo, me perguntassem o ponto escolhido para minha morada, eu diria que queria nascer nesta gleba, onde vivo humilde, mas contente, e onde quero morrer obscuro, mas honrado".

Ainda ao Rio Grande do Sul há de retornar o seu grande e dileto filho Oswaldo Aranha.

Sr. Presidente, para a comunidade espiritual que o cercava e é a oração, o ódio era modalidade insensata do sentir.

Tenho certeza de que está para Oswaldo Aranha reservada uma grande página do Brasil; mas como aquela página de que falava Paul de Saint Victor: guardamos, com ela guardamos, nossos mortos nos nossos corações. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, terceiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO MARINHO:

Senhor Presidente, Srs. Senadores, com funda emoção, o povo brasileiro assistiu ontem ao ocaso de uma vida fascinante e contemplou silencioso, e comovido o desaparecimento do astro que desceu no horizonte do tempo, para renascer na imortalidade da História.

O que terminou naquela tumba não foi só uma existência de homem que soube cumprir com honra e com glória a sua larga, áspere e fecunda tarefa, foi também um dos capítulos mais emocionantes de nossa agitada História, aquele que assinala a transcendental evolução política e social que se iniciou em 1930.

O pensamento e a ação de Oswaldo Aranha estão de tal forma intimamente ligados à vida da Nação, que a sua biografia será a história política do povo brasileiro nestes três últimos decênios.

É uma verdade, comprovada pela história de todos os povos, que nos momentos mais críticos e difíceis de sua vida, surgem sempre homens especialmente dotados pela Providência, com as grandes qualidades necessárias para corresponder às exigências do momento histórico e Oswaldo Aranha foi um desses seres providenciais, nascidos com todas as virtudes e faculdades para dominar e dirigir os sucessos em uma das fases cruciais da vida política do seu povo.

Romântico e idealista, como a geração a que pertenceu, inspirado em seus propósitos de pureza institucional foi o genial artífice do 3 de outubro, em que todas as forças morais da Nação realizaram um esforço supremo para eliminar o desordem que cancerava a República.

Animava-o o sentido heróico da vida, essa inclinação persistente dos espíritos superiores que os impele para a realização dos mais altos objetivos da existência, com o oído dos objetivos utilitários. Sentido heróico que nasce do coração cívico, o valor indomável do homem que em defesa dos seus princípios, desafia os poderosos e enfrenta a catástrofe e a injúria dos fracassos: é a energia moral de quem sabe descer com estoicismo a planície para não renunciar às suas convicções e aceita a adversidade e o infortúnio para permanecer em paz com a sua consciência.

Nenhum homem de sua época demonstrou maior avidez para servir à República, em funções oficiais ou na difícil tarefa de interpretar e orientar os grandes movimentos de opinião, inseparáveis do jogo das instituições livres.

Poder-se-ia inquirir de onde vinham a Oswaldo Aranha, em meio a uma época de tanta nervosidade, esses dons de intensa lucidez e de generosidade de espírito que o serviu ao porvir da Pátria, tal como esta necessitava.

Respondemos que os recolhia do próprio povo.

Não são outra coisa os grandes homens que misteriosos captadores do que está na raiz da alma da comunidade e que acoo samente por seu intermédio alcança expressar-se plenamente.

Oswaldo Aranha era o nexo vivo entre o passado da Nação e o futuro que ele tão bem conhecia e o nervo e agitado presente em que ele tanto influiu com os seus conselhos, consoante ainda ontem mesmo o proclamava o Chefe da Nação.

Estadista de alto voo, foi um grande político, de ação pessoal e direta e acima de tudo, possuía esse dom misterioso de sedução que atrai e domina as massas que distingue os grandes condutores de homens.

Era sempre o mesmo, espontâneo e genial, de pensamento vasto e fecundo, de generosidade sem limites, com um soberbo desconhecimento do mesquinho e do ridículo, com uma energia e uma tenacidade inesgotáveis.

Quando fazia ouvir a sua voz, todos para ele se inclinavam de ouvido atento, com a segurança de nutrir a inteligência com uma palavra que nunca foi pueril ou vulgar.

Oswaldo Aranha enalteceu o prestígio de sua ação, não só com os altos e incontáveis meritos de sua fulgurante personalidade na tribuna parlamentar no exercício da advocacia e no cumprimento das mais altas funções públicas.

A morte o alcançou no cume de sua vida coberto pelo brilho de honras inextinguíveis.

Trabalhou com fervor pela conquista e pela manutenção tranqüila da paz internacional e teve a satisfação de ver consagrados seus esforços no reconhecimento dos seus contemporâneos, que lhe outorgaram o mais alto galardão, que o mundo só concede a homens que se destacam por sua obra eminente, a serviço da humanidade em seus anelos de concordia universal, a de presidir, por duas vezes, a Assembleia das Nações Unidas.

Por todas essas razões, desfraldada nesta hora a bandeira da Pátria na meia haste dos lutos nacionais, porque o coração do povo sangra pelo desaparecimento de uma de suas mais legítimas glórias.

Em nome do Partido Social Democrático e da Maioria do Senado da República, inclino-me ante a memória de Oswaldo Aranha e deponho a oferenda do seu afeto, do seu respeito e da sua admiração.

Seu nome pertence já à História e quando o Brasil se transformar numa das maiores nações da Terra e seus filhos volverem o olhar para os forjadores da sua grandeza, verão destacar-se a figura de Oswaldo Aranha, consagrado desde ontem e para todo o sempre como um dos grandes da Pátria. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lourival Fontes, quarto orador inscrito.

O SR. LOURIVAL FONTES:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, em nome da Bancada Trabalhista nesta Casa, e no meu próprio nome venho conjugar e participar da grande magia e da imensa dor que se abateram sobre a Nação. O golpe fulminante sacudiu as fronteiras da pátria quando o líder vitorioso tombou para o socorro eterno. Ele era o chefe das horas difíceis, mas é incertas. Era, também, o guia de atitudes expostas, de palavras abertas, de posições claras e definidas.

Não havia no seu coração a malícia do ódio ou o veneno da vingança. Era a conciliação dos opostos, a harmonia dos contrastes, o entendimento das adversidades. Homem de rara e fulgurante inteligência, de ação brava e decidida, não havia cargo que não honrasse, nem problemas que não encontrasse a solução exata, nem dificuldades que não soubesse desmontar, nem impossíveis que não praticasse o milagre de dominar e vencer nas horas sombrias, nos dias incertos, nos momentos perigosos e aziaços da pátria, para ele se voltavam as esperanças, e da sua voz e da sua conduta dependiam as soluções.

Morreu numa hora de crise e desespero deixando atrás o vácuo da sua ausência. E a voz que se calou, a ação que se partiu, a ambição de dias melhores que se desvaneceram ao sópro derradeiro.

Na projeção internacional de sua visão de estadista, nas luitudes da pátria órfã do seu comando, ele deixou as sementes que germinarão no solo fecundo, as lições que serão repetidas, os exemplos que frutificarão nas futuras gerações.

A atração pessoal, o fascínio envolvente, o desprendimento, generoso, o gesto cavalheiresco e a bondade peregrina eram os tons e os fatores com que engrandecia e enobrecia a causa pública. Não lhe sorria a vida como um leito de rosas nem a feia como uma coroa de espinhos.

Não amava os expédientes da rotina porque o amava no sentido revolucionário e na paixão reformista de fazer e de construir. Era a alma do lutador renovada nas lides da peleja. Mas era também o perdão para os vencidos e para os decaídos.

Não havia asperezas nem azedumes na sua alma florida para o bem público. Não era um intransigente das convicções nem um intolerante das opiniões. Não acreditava nas divisões e separações, nem nos avessos do desconhecimento nem nos abismos do desentendimento, porque seu era o ideal da convergência dos espíritos, solidários e fraternos, na causa justa e na união comum.

No imprevisto do desanhe e nesta hora de luto não arriaremos a bandeira nem deporemos as armas.

E' essa a homenagem de pesar e é esse o tributo de saudade e é essa a longa tristeza que nos envolve a todo ao invocar com os olhos repisados de lágrimas a sombra venerável do grande líder. Do bom companheiro que não esqueceremos, do homem devotado ao serviço do dever.

E' a flama luminosa que se extinguiu quando mais precisávamos dos seus fulgores e cintilações, é a voz decisiva e persuasiva que se anegou quando mais precisávamos das suas experiências e dos seus conselhos.

Não temos mais quem defenda e defenda as nossas causas, as nossas direções e os nossos desencantos. Estamos andando no deserto e clamando no silêncio o herói que tombou a desdita, trágica e para a glória eterna. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Barros de Carvalho quinto orador inscrito.

O SR. BARROS CARVALHO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente,

É com a alma alanceada pela dor, que tento dizer, neste momento, algumas palavras sobre Oswaldo Aranha. Meu mestre, meu conselheiro, meu amigo dileto, honrado, durante tantos anos, pelo carinho de um convívio quase diário e de uma afeição que cultivei como uma das mais preciosas dádivas da vida, bem sei que meus sentimentos pessoais não encontrariam nesta hora expressão mais pungente e mais fiel que a de um silêncio humilde e comovido. Sei também, Senhor Presidente, que tudo chefe das horas difíceis, mas e incertezas, a glória de seu nome ilustre e a grandeza humana de sua extraordinária figura. Não é, portanto, em meu nome pessoal que me atrevo a ocupar esta tribuna, pois de mim não saberia nete transe, outra linguagem, senão aquela em que a garganta como, no verso do poeta, devolve ao peito o soluço-partido.

Aqui estou, Senhor Presidente, no desempenho de um alto e penoso mandato: falo por delegação do Presidente, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro. Bem posso imaginar as razões dessa honrosa e amarga delegação: acreditava, de certo, o Presidente João Goulart que a invencível aflição e a dor profunda com que o surpreendeu o inesperado golpe seriam maiores do que a serenidade com que o desejaria interpretar perante o Senado e perante a Nação.

Que se pode dizer, Senhor Presidente, de um homem como este, cujo pensamento, cuja palavra e cuja ação encheram mais de trinta anos da vida pública deste país? Que se pode dizer de Oswaldo Aranha, Senhores Senadores, que não esteja gravado já na alma de cada um de nós, que não esteja presente na consciência de toda uma geração, que não tenha sido escrito nos jornais que ontem ainda, lhe resumiram os fastos da vida pública que não esteja nos lábios e no coração do povo brasileiro a que ele serviu e amou como poucos?

Parece haver, Senhor Presidente, no destino dos grandes homens, daqueles a quem toca o privilégio de resumir e encarnar a alma de uma Pátria e o espírito de um povo, daqueles a que a mão da Providência resolve sagrar de tempos em tempos, como Condestáveis de uma Nação, um traço permanente e comum: nunca chegam eles a deter, pessoalmente, o mandato do poder supremo na magistratura política do país. Tem sido assim entre todos os povos tem sido assim no Brasil, como se o destino quisesse prestar um testemunho da grandeza isolada dessas vocações, para demonstrar que elas são tão altas e tão legítimas, que podem prescindir e desdenhar dos instrumentos materiais do Governo. Oswaldo Aranha, não por um trazo de ressentimento, mas por aquele gesto encantador da despreensão em que sempre viveu costumava, dizer, aos que lhe acenavam com glórias mais brilhantes, que apenas fora, durante vinte anos, o segundo de Getúlio Vargas.

Como se fosse pouco ser o segundo ao lado do imortal Presidente, que foi, sem dúvida, o maior dos brasileiros. Mas nem isto é exato, Senhor Presidente, pois o próprio Getúlio Vargas, como toda a Nação, nunca o olharia como um segundo, mas como o companheiro fiel e o amigo estremeado. Oswaldo Aranha, Senhores Senadores, foi, na verdade, um Condestável da Pátria. Viveu, em nossa geração, o papel histórico daqueles embaixadores de nacionalidades, que nunca precisaram da chefia do Estado para serem frutificadas a sua vocação e cumprida a sua tarefa. Foi um Condestável da Pátria, um Primeiro Ministro sem pasta, o profeta das destinações nacionais e o líder de nossa civilização, como fora Demóstenes para a civilização dos gregos na idade de Felipe da Macedônia, como seria Machiavel para a Florença dos Médicis, como seria Mazzini para a unidade italiana, como seria Nuno Álvares para o reino de Portugal ou José Bonifácio, no exercício de seu patriarcado para a independência deste país.

E' assim que o vemos e é assim que o há de ver as gerações vindouras. Foi nesta conta que o teve sempre o Presidente Getúlio Vargas, ao pé do cujo túmulo o meu Partido o imortalizou ao amigo que se foi primeiro para a eternidade, na saudação que teve a honra de pronunciar, em São Borja, em nome dos convencionais trabalhistas, dizendo: — "aqui está aquele de quem não sabemos mais se fomos nós que o trouxemos, ou se foi ele quem nos trouxe; aqui está,

gaúcho como tu, aquele que um dia saiu contigo, de poncho ao vento, ao teu lado, levando, na grande cavalegada para a História, os sonhos da adolescência em flor; aquele que os teus discípulos procuram e tu mesmo, tantas vezes, procuraste, como os gregos de outrora que cercavam o iluminado Empédocles, para lhe ouvir as lições da sebedoria política e do amor da Pátria — lições que ele sabia dar, com a mesma limpidez, ao pé dos vulcões eruptos, nos dias de guerra, ou aoalombra das campinas, nas horas mansas da paz; — aqui está aquele que quis morrer contigo no teu posto e que, sobre a tua sepultura, com o coração alanceado e a alma em pedaços, chorou o pranto bíblico que os profetas do Velho Testamento sabiam chorar sobre a cova dos guerreiros tombados em Israel; aqui está ele também, Presidente, o teu companheiro, cuja amizade, como a do Rei Saul e a do Mestre de Armas de Aquiles, na epopéia clássica, é mais forte do que a morte: — aqui está Osvaldo Aranha!"

Senhor Presidente:

Esta é a imagem que o meu Partido e o Brasil inteiro fazem de Osvaldo Aranha, para quem a vida pública foi antes uma vocação do que uma carreira.

Um eminente contemporâneo meu, o escritor José Maria Belo, dizia, certa vez, que se a política fosse uma carreira, e se esta carreira tivesse lógica, Antônio Carlos teria sido Presidente da República. Pois bem, Senhores Senadores: a mesma falta de lógica que deixou de levar ao Catete o grande homem público de Minas Gerais e que fechou os caminhos do Poder a Rui Barbosa — esta mesma conceituação da política mais como vocação que como carreira, privou o Brasil, por várias vezes, de ter Osvaldo Aranha como uma de seus Presidentes.

De resto, Senhores Senadores, a presença de Osvaldo Aranha na política brasileira oferece um aspecto singular: só ocupou os altos postos de Poder, quando para eles convocado. Como se não quizesse pleitear posições, evitou, quase sistematicamente, a disputa dos cargos eletivos, cuja conquista lhe teria sido fácil, abertas as portas de todos os Partidos. Pois todos eles, Senhor Presidente, se habituaram, desde longos anos, a bater à porta de sua casa e de seu coração, encontrando-a sempre aberta, na lúcida e arejada generosidade de seu espírito, de sua inteligência fascinante, de sua amadurecida experiência — de todas aquelas admiráveis qualidades que fizeram de ele mesmo o primeiro e o mais alto desmentido ao pessimismo de sua mocidade política, para o qual o Brasil era "um deserto de homens e de idéias".

Um rápido lance sobre os principais episódios biográficos de Osvaldo Aranha, já amplamente divulgado pelo noticiário da imprensa, pode, entretanto, aqui ser repetido, pois a simples exposição da brilhante aventura humana de sua vida já nos dá uma idéia de suas verdadeiras dimensões.

Amassavam-se em seu sangue as tradições paulistas do nome ilustre de seu pai e o espírito generoso da raça da fronteira de sua mãe rio-grandense. Se guardou, de sua herança bandeirante, aquela austeridade vanguardista que é um dos flores mais altos da civilização deste país, no caráter da terra gaúcha onde nasceu, que se estruturaram as linhas mestras de sua personalidade. A grandeza nacional de seu nome, a ressonância continental e mesmo universal de sua ação política esti-

veram sempre marcadas por aquele singelo e puro estilo regional da sua gente gaúcha. Sentia-se que ele havia chegado aos largos caminhos do mundo através das picadas da estância de Itaquí, onde passou os primeiros anos de sua infância. Fez o curso primário, numa tradição muito brasileira, num colégio de religiosos de São Leopoldo, o Ginásio de N. S. da Conceição. Em 1907, aos treze anos de idade, ingressava no Colégio Militar do Rio de Janeiro, do qual guardava ainda comovidas recordações, tomando parte, até o fim da vida, das atividades da Associação de Antigos Alunos daquele estabelecimento modelar, onde, por certo, nesse permanente laboratório da unidade nacional que são as Forças Armadas, se integram em sua alma as primeiras sensibilidades da grandeza da Pátria. Terminado ali o seu curso, ingressa na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde começa a afirmar-se sua liderança sobre os companheiros de geração, que o elegeram orador da turma na solenidade de formatura. Encerrava-se, assim, sua vida universitária sob o signo de predestinação que lhe dominaria a larga estrada da existência: a palavra seria, para sempre, a arma de suas lutas. Três anos depois de formado, vai aprimorar seus estudos na Europa, frequentando na França estudos sociais de alta escola. Voltando ao país, com a eclosão da Primeira Grande Guerra, casa-se, em 1917, com essa admirável companheira que seria o anjo tutelar de toda a sua vida, a quem todos os seus amigos aprenderam a amar e a conhecer, na doçura e na intimidade de seu próprio apelido familiar, essa inigualável Dona Vindinha, que realizou, no recato do lar, o padrão da mãe e da esposa brasileira. E ao seu lado e ao amparo de seu carinho discreto e de sua dedicação exemplar, que começa a agitar a vida pública de Osvaldo Aranha.

Estou certo, Senhor Presidente, de que, do alto da eternidade em que se encontra, poucas homenagens serão mais focantes ao grande homem que estamos evocando, do que esta, de associar à sua glória a companheira adorada de sua vida, aquela que lhe permitiu repartir-se com toda a família brasileira o caloroso coração que era seu e de seus filhos.

Iniciou Osvaldo Aranha sua vida profissional com uma decisão que devia servir de exemplo aos jovens de nossos dias: ao invés de buscar-se, na metrópole, o que lhe teria sido fácil, uma posição brilhante e confortável, voltou à terra natal, praticando a advocacia nos municípios de Alegrete, Itaquí e Uruguaiana. E foi lá que o colheram os primeiros apelos de sua vocação cívica, quando os pampas foram sacudidos pela revolução de 1923, desafiada em protesto contra a permanência de Borges de Medeiros no Governo do Rio Grande do Sul. Não hesitou o jovem advogado em tomar o partido que lhe ditavam suas convicções e seus compromissos de lealdade, engajando-se nas tropas comandadas pelos Generais Galdino Nunes Pereira e Flores da Cunha — esse velho Flores cuja amizade ele conservaria até o fim. Ferido no combate de Ibirapuitim, regressou a Alegrete depois do Pacto de Pedras Altas, que pôs termo à luta. Ali permaneceu alguns meses, servindo à lealdade; voltando, em 1924, a comandar um Corpo de Provisórios e sustentando a defesa de sua cidade contra os revoltosos remanescentes dos adversários de Borges de Medeiros. Passou os dois anos seguintes tentando reorganizar a vida, pois, como até o final de seus dias, se ocupava mais

com o interesse público que com o seu próprio.

Contava já 32 anos de idade, em 1926, quando estourou novo levante no Rio Grande, levando-o mais uma vez, aos entreveros sangrentos, em defesa de seus amigos e de seu Partido, pelos quais ariscou afoitamente a vida, saindo ferido no combate de Seival.

Em seguida, foi eleito deputado estadual e depois federal. A retidão de seu caráter e ao amadurecimento de sua consciência não satisfaziam mais os velhos métodos de Governo do país, com as eleições fraudulentas e os processos rotineiros de uso do poder. As antenas daquela aguda e prodigiosa sensibilidade política que foram sempre uma de suas marcas mais vivas, adivinhavam que era chegada a hora de uma renovação. O ciclo revolucionário ia atingir o seu vértice, e Osvaldo Aranha, que duas vezes derramara o sangue pela legalidade, sentiu que só uma revolução, mas uma revolução de verdade, configurada em idéias e princípios, poderia dar termo à fase dos motins e dos levantes regionais. Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, no Governo Getúlio Vargas, tendo exercido internamente a Presidência do Estado, vamos encontrá-lo, em junho de 1930, como o mais ativo dos conspiradores.

Cabe aqui, Senhor Presidente, uma pequena reminiscência histórica que, definindo a atitude e a independência de Osvaldo Aranha, fixa, talvez, o momento exato em que se realizou sua opção revolucionária. Respondida ele pelo Governo do Rio Grande do Sul, quando recebeu, do Presidente Washington Luís, um telegrama em que lhe comunicava a eleição do Sr. Júlio Prestes para a Presidência da República, ao mesmo tempo em que lhe afirmava que "o brasileiro, consciente de seus direitos, só será governado pelo eleito de sua vontade".

A resposta de Osvaldo Aranha foi incisiva e franca: — "Não era outra — disse ele, em telegrama ao Chefe do Governo — a nossa convicção quando nos empenhámos nesta luta eleitoral, confiantes na cultura e na civilização de nosso povo e de seus governantes. Fechar as urnas, negar boletins, não instalar mesas, recusar fiscais, adulterar resultados, afugentar eleitores, comprar votos, falsar alistamento, invadir as mesas com policiais, arrebatando livros eleitorais e procurações de candidatos, sonegar, enfim, ao cidadão o direito de votar ou forçá-lo contra a sua consciência, são fatos degradantes que, verificados, tínhamos antecipadamente certeza que não influiriam no resultado do pleito, repugnando a qualquer caráter medianamente honesto e merecendo a condenação de todos os brasileiros".

O signatário desse telegrama seria chamado depois de "o animador da revolução". De fato, a partir desse momento, Osvaldo Aranha passou a ser a alma da revolução, cuja causa abraçou com todo o entusiasmo. Para ela foi buscar todos os apoios legítimos, começando, comovedoramente, pelo próprio lar. Na verdade, sua veneranda mãe, Dona Luísa Aranha, mãe de quase uma dúzia de filhos e que ainda encontrara tempo de ser a professora de todos os filhos de sua fazenda, confidenciava, anos depois, a um cronista da revolução: "cometera-se uma injustiça, um luto ao país e ao povo. Essa injustiça devia ser reparada, e eu abençoei Getúlio e meus filhos para fazerem todos eles o que podiam para isso".

Este pequeno episódio, tão profundamente brasileiro, situa bem o aspecto humano e a fisionomia amável e cristã daquele homem de aparência às vezes tempestuosa: faz questão de juntar, às bênçãos de po-

vo, a bênção de sua santa mãe para a revolução em que se ia empenhar e cujo sinal de levante foi ele o primeiro a dar, quando anunciou, depois de proclamada a eleição do doutor Júlio Prestes, uma inesperada e memorável conferência no Club do Comércio de Porto Alegre, sob o tema: "A Presidência Getúlio Vargas".

Essa conferência incendiou a capital gaúcha e o povo foi para as ruas, depois dela, ao clamor de "queremos Getúlio". A partir desse dia, colocou-se Osvaldo Aranha, ostensivamente, a testa da conspiração, que organizou em todos os seus acaules, instalando o Quartel General dos revolucionários em casa de um cunhado seu, em Porto Alegre. E ele quem vai ao Palácio do Governo Estadual, em fins de setembro, para comunicar a Getúlio Vargas: "tudo está pronto e eu só espero a tua ordem". E foi por intermédio dele, que veio a decisão de Getúlio Vargas, conforme o testemunho do grande e saudoso Virgílio de Melo Franco, que exercia, na ocasião, as funções de Secretário de Góis Monteiro: — "ficamos — contra ele mais tarde — no Quartel General revolucionário, a espera de Aranha. Depois de uma demora de mais de quatro horas — que nos pareceram quatro anos — voltou Aranha com a palavra do Presidente".

A revolução estava na rua. E enquanto as tropas se mobilizavam e partiam para o Rio, era a Osvaldo Aranha que tocava a dura tarefa de cobrir a retaguarda, ficando a frente do Governo do Rio Grande do Sul.

Vitorioso o movimento, foi ele o primeiro Ministro da Justiça, do Governo Provisório, depois de haver negociado com a Junta Militar a transmissão do Poder. Das dificuldades que enfrentou na obra de renovação que empreendeu, ao lado do Presidente Getúlio Vargas, diz perfeitamente o balanço em que, com rápidas palavras, resumiu, então, a situação do Brasil. O país achava-se — diz ele — "sem ouro, sem câmbio, em plena moratória legal e real, com vultosos compromissos a descoberto, no estrangeiro, vencidos ou a vencerem-se dentro de breves dias; uma dívida flutuante federal, dos Estados e dos Municípios; que nem sequer pode ser calculada; tal o seu vulto; o café, em três crises — de preço, de superprodução e de estoques armazenados; a economia brasileira, indústria e lavoura, em ruínas; a crise dos sem-trabalho".

Do Ministério da Justiça onde a medida de sua categoria de estadista pode ser aferida através de diplomas de mais alta importância e de mais lúida sabedoria política, como a Lei Orgânica do Governo Provisório, o Código dos Interventores e tantos outros, passou Osvaldo Aranha para a Pasta da Fazenda.

A gigantesca tarefa de restauração econômica e de reordenação financeira em que se empenhou constitui hoje um capítulo da história do Ministério da Fazenda do Brasil, que bem pode ser dividida em duas fases distintas: antes e depois de Osvaldo Aranha.

Intelectualmente, Senhores Senadores, não caberia aqui uma exposição sobre o que foi o famoso "Plano de Reajustamento Econômico", que trouxe, à época, enorme desajuste à economia nacional. Em virtude do infatigável mecanismo em que esse se fundava, puderam a lavoura e a indústria experimentar a extraordinária melhoria que abriu rumos novos à economia brasileira, repercutindo em todos os setores da vida nacional. Outra grande inteligência de Osvaldo Aranha no Ministério da Fazenda foi a formulação do célebre "Esquema" que levou o país, no qual se estabeleceram normas para o pagamento da dívida externa, para a liquidação da dívida flutuante. A vigência desse esquema, se não da lei

de tarifas que fez elaborar, fixou os saleres da política orçamentária que ainda hoje sustenta a estrutura da Fazenda Nacional.

Senhor Presidente:

Na longa e pouco amanhada exposição que tenho estado enfiando o Senado, mal cheguei ao início da ação fecunda, prolongada e inumerável de Oswaldo Aranha na vida pública do país. Excusa-me, porém, Senhores Senadores, a justificativa de que contar a história desse homem extraordinário e contar a história de trinta anos da República. Pois já ninguém conseguirá escrever a História do Brasil, sem confundir-la, em alguns de seus capítulos fundamentais, com a própria história do grande morto que aqui estamos homenageando.

Assim é, Senhor Presidente, que a história do início da revolução industrial empreendida pelo Presidente Getúlio Vargas, deita suas raízes na ação de Oswaldo Aranha, Embaixador em Washington, promovendo os acordos econômicos que possibilitaram, entre outras coisas, a construção de Volta Redonda e a eletrificação da Central do Brasil.

A consolidação da política pan-americana e a integração do Brasil no bloco das democracias aliadas, durante a última guerra, foram obra de seu espírito e de seu esforço. E o próprio ingresso do Brasil, Senhor Presidente, nos auditórios das potências deste século, esses ingressos preparado pela visão de estadistas como Rio Branco, Nabuco, Rui Barbosa e Afonso de Melo Franco, efetivou-se, na verdade, pela mão do Chanceler Oswaldo Aranha, que levou o Brasil à Presidência do Conselho de Segurança Mundial e da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sinto, Senhor Presidente, que não é apenas o tempo que me falta para falar, num simples discurso, o perfil do grande brasileiro desaparecido. Esta é uma tarefa para os historiadores. Porque ele, Senhores Senadores, foi grande em tudo. As coisas em que tocava, se engrandeciam em suas mãos. E em nenhuma delas se diminuía a sua gigantesca estatura. E por isto, talvez, que, até o fim da vida, alçando-se a todas as glórias a que um homem público poderia aspirar, dentro e fora de sua Pátria, ele não se orgulhava menos de sua gestão de Intendente Municipal da Prefeitura de Alegrete, que da sua grandeza de artífice da paz mundial na Presidência da Assembleia da ONU.

Conhecia, como só os predestinados o sabem, o segredo da eterna juventude, que é aquela de não deixar se fanarem na alma os sentimentos puros que nascem com o homem. Já nos últimos anos de vida, quando quiz morrer, ao lado de seu amigo e companheiro dileto, o Presidente Getúlio Vargas, naquela trágica madrugada de 24 de agosto, estava nãe a mesma panache gaúcha do soldado amador que derrama o sangue quase adolescente nas guerrilhas pampelinas.

Oswaldo Aranha, Senhor Presidente, não envelheceu nunca. Sua extraordinária versatilidade de conhecimentos, sua permanente atualidade com todas as coisas do mundo não era, porém, aquela vaidade fútil e superficial, aquela "coquetaria" brilhante do homem "à la page". Era, isto sim, aquela autêntica sensibilidade dos gênios e dos profetas, daqueles a que Ortega y Gasset qualifica como efeitos para a vidência das gerações, e que são os vanguardistas cujo olhar e cuja mão têm a mágica, capacidade de apalpar aquilo que o filósofo espanhol chamava "as zonas de pele ainda intacta" do pensamento de um povo e de uma civilização.

E por isto, Senhor Presidente, que todos os homens públicos deste país tinham sempre os olhos voltados para Oswaldo Aranha. Durante muitos anos, sempre que se falava em sucessão

presidencial, seu nome era, talvez o primeiro a ser lembrado. Ele, porém, como se atendesse à voz de uma vocação maior, foi, sempre, o mais decisivo obstáculo à concretização desse desejo natural de tantos brasileiros. Desejo inclusive, do Presidente Vargas que, certa vez, em carta íntima que me escrevia para a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, pedindo-lhe uma planta para a construção de um rancho "de tipo rústico, sóbrio e barato, apropriado à nossa paisagem e de acordo com as minhas poses", onde pretendia repousar, retirando-se do Governo, advir-lhe o de que se preparasse, pois o Brasil não podia pensar em nome melhor do que o seu. Já aquela época, a resposta de Oswaldo Aranha foi a mesma de seus últimos dias: não queria ser um problema para os homens públicos de nossa país, mas uma solução. Desta forma, não podia entender a sugestão da Suprema-senão como uma consagração ao Brasil, na qual se deveria investir quem não tivesse compromissos senão com a própria Pátria.

Poderia referir aqui inúmeros episódios que testemunham o desprendimento e a grandeza humana de Oswaldo Aranha nesse sentido. Lembro-me, por exemplo, que, quando se tratava da sucessão do Presidente Café Filho, com a unânime concordância do Partido Trabalhista Brasileiro, que acolhera a sugestão do doutor João Goulart, fomos buscá-lo em Araxá, onde se encontrava em repouso, numa pequena comitiva de que faziam parte o Presidente do PTB, o deputado Dornel de Andrade, o Senador Souza Naves e eu. Iamos solicitar sua autorização para o lançamento de sua candidatura. Oswaldo Aranha nem nos permitiu argumentar. Cortou a conversa, para demonstrar que o candidato natural era o Governador Juscelino Kubitschek. Desse encontro resultou o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro ao atual Presidente da República.

E ainda agora, interpretando os sentimentos unânimes de nossa agremiação, havia-lhe levado o Presidente João Goulart a sugestão dos órgãos oficiais do PTB para fazê-lo candidato à Vice-Presidência da República. E estou certo, Senhor Presidente, de que os termos patrióticos, elevados e nobres em que o Presidente João Goulart lhe apresentou o nosso pedido, acabariam por vencer as suas relutâncias, aceitando o sacrifício que lhe era solicitado.

Não, Senhor Presidente, não conseguirei evocar aqui a figura de Oswaldo Aranha em todas as suas dimensões. Mas se eu tivesse que escolher um de seus ângulos para focalizá-lo, não tenho dúvidas em preferir aquele em que ele aparece como o homem amado por seu povo. Deste amor, carinhoso e sincero, posso dar o testemunho vivo dos mais humildes trabalhadores de minha terra pernambucana, terra que tinha um lugar especial no seu coração de gaúcho. Quase todos os meses, como Presidente do PTB de Pernambuco, recebo aqui comissões de sindicatos operários de meu Estado. E o primeiro pedido que me costumavam fazer, era que os levasse ao Doutor Oswaldo Aranha. E era de ver, Senhor Presidente, o carinho, a ternura amiga com que ele recebia os trabalhadores, com eles conversava sobre o Brasil, a muitos deles conhecendo já pelo nome, dispensando-lhe lições sobre o nacionalismo, indagando de seus problemas e apontando-lhes soluções.

O país, Senhores Senadores, abalado por sua morte inesperada, talvez ainda não se haja dado conta, suficientemente, de extensão de sua perda. Ela é tão grande, Senhor Presidente, que não encontro, para compará-la, outra expressão que a daquele personagem do romance de Gilberto Amado, que não podia compreender "o mundo sem Emílio". Nós também, senhores senadores, não conseguimos conceber o Brasil sem Oswaldo Aranha. Ele, que,

durante tantos anos, foi a presença mais alta de nossa geração, nos aparece agora como a mais alta ausência deste país.

Diante de sua sepultura recém-aberta só resta à nossa perplexa amargura a herança da grandeza de seu espírito que nos iluminou e de seu coração que tanto amou este país, aquela coração do qual viveu e do qual morreu como se a Província quizesse marcá-lo nesta tônica de sua vida. Resta à nossa dor Senhor Presidente a esperança de que Deus, que lhe prodigalizou todas as virtualidades da natureza — que o fez inteligente e belo e bom, permita que da eternidade em que se encontra, continue o seu gênio a velar por nossa Pátria e por nosso povo. Pois ainda precisamos dele, que homens de sua raça não nascem todos os dias. São privilégio de uma geração. E privilégio não raro. Senhor Presidente, que diante de Oswaldo Aranha, podemos parafrasear o cantor andaluz diante do corpo imantado de Ignacio Sanchez Mejias: "tardará muito tempo em nascer, se é que nasce" um brasileiro tão nobre, tão rico de grandeza humana. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Meni de Sá, sexto orador inscrito.

O SR. MEM DE SA:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, difícil para mim impossível resumir nas linhas de um esboço, traços marcantes de uma personalidade excepcionalmente rica como a de Oswaldo Aranha. Ele foi figura exponencial na constelação de valores políticos que o Rio Grande deu ao Brasil, faz trinta anos, e através da qual se lhe tornou possível exercer tão profunda influência na direção pública de nossa pátria por mais de duas décadas. Mais que a nenhum outro, deve o Brasil a Aranha a revolução de 30. E a ele, pelo menos tanto quanto a Vargas, deve a revolução de 30, depois de vitoriosa, a sua consolidação, a sua estrutura política e administrativa e as características que a marcaram e hoje pertencem à História.

Não me é possível, tão rica era essa figura humana, fixar-lhe as linhas essenciais. Direi, repetindo verdade já com foros de lugar comum, que o peregrino talento e a fascinante simpatia, constituíam os dotes capitais com que as fadas, suas madrinhas, o habilitaram para a vida de triunfos. Orador, jornalista, escritor, conferencista, expositor sereno ou polemista, apaixonado, político, ministro, embaixador para todas as tarefas da inteligência, lhe sobejavam atributos.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muita honra!

O Sr. Fernandes Távora — Disse V. Ex. muito bem que Oswaldo Aranha foi, realmente, o supervisor da Revolução de 30. Estava eu em Porto Alegre, em 1929, quando ele fez chegar-me a notícia de que, no dia imediato, Juarez Távora deveria estar ali, a seu chamado e de Getúlio Vargas, para concertar pormenores sobre a Revolução. Tudo correu como ele dizia, porque Oswaldo Aranha era, realmente, o eixo em torno do qual giravam todas as conspirações daquele tempo. Todos os revolucionários, um por um, tiveram que conversar com ele, e concertar sobre o que deveriam fazer para a vitória da Revolução de 1930.

Posteriormente, quando o Exército revolucionário marchava, no Rio Grande do Sul, em demanda de Itararé, Juarez, já vitorioso no Norte, recebia radiograma de Oswaldo Aranha, convidando-o a marchar a toda

a pressa, através do São Francisco, para salvar Minas, cuja polícia, desmuniada, estava sendo batida pela Polícia paulista, muito mais numerosa e mais bem organizada. Quer isso dizer que Oswaldo Aranha foi, realmente, o supervisor da Revolução de 30.

O SR. MEM DE SA — Agradecido a V. Ex.

Mas, se é possível lhe destacar um campo em que, sobre todos, dominava, sem constraste, este era o da palestra, o do debate de salão, o da conversa em grupo. "Causeur" incomparável, não havia quem resistisse à sedução de sua prosa, pitoresca e agil, brilhando como faíscas, diamantinas ao sol envolvente e insinuantes, vencendo pela lógica ou até pelo absurdo, tal a irradiação misteriosa de seu talento e de personalidade.

Disse e insisto: personalidade rica, exuberante, polimorfa, como poucas, muito raras, por vezes, apareceu. Por força dela, sua projeção e sua ascensão foi constante e vertical. Quando limitava, no início da vida pública, sua atividade ao âmbito municipal de seu adorado Alegrete, já seu nome era conhecido em todo o Estado; quando Secretário do Interior do governo riograndense, já seu prestígio era nacional; e, quando, mais tarde, impôs sua atuação no governo da União, chegou ao exterior e seu nome passou a ser dos poucos, entre nós, com realce mundial. Personalidade rica e exuberante. Seu espírito era universal, abarcava conhecimentos dos mais variados setores das ciências sociais, modernas, abrangia a complexidade dos problemas políticos, econômicos e sociais do mundo convulso em que vivemos, mas seu tipo humano, seu sentimento, sua essência pessoal continuou sempre, não só estadual mas, sobretudo, regional. O universal e o regional nele se equilibravam e fundiam harmoniosamente. As raízes lá estavam sempre no Alegrete, regadas, provavelmente, pelo amor da terra, embora as franças e a ramaria deitasse sombra pelo Brasil inteiro. Era o gaúcho, extrovertido da fronteira, um pouco despejado na postura e no dito, ainda que sob a casaca e as condecorações do diplomata. Galista e Presidente da Assembleia das Nações Unidas. Carreirista e criador de cavalos de braço dado com o Ministério do Exterior ou da Fazenda. Homem do campo e homem de Estado. Jamais abandonou a originalidade e a autenticidade do fronteirista, a doçura típica de "tá" ao em vez de "você" brasileiro que sempre arripia a intimidade para o riograndense; como jamais perdeu o "tehe" que persistia em sua boca como o cigarro, mesmo apagado, no canto dos lábios.

Foi tudo que se poderia ser, em nosso país. Veio de Prefeito Municipal e foi até ao palco internacional mais alto, onde sua ação admirável e admirada teve influência viva até na re-criação da pátria dos judeus. Curiosamente, porém, este homem que era, por natureza, destinado aos parlamentos, praticamente cedeu este afastado, por uma inexplicável ironia do destino. Mas nasceu líder e por toda a vida líder foi. Líder parlamentar, seria, no Brasil, ou em qualquer Nação do ocidente, com galas e promores inextinguíveis. Mais de de uma vez, disse-lhe eu, como a João Neves tenho dito, que não compreendia sua fidelidade ao sistema presidencial de governo. Um e outro, ambos os grandes líderes do movimento de 30, teriam no regime parlamentar o terreno ideal de ação e realidade. Ambos seriam, não uma, mais muitas vezes: Chefes de Gabinete, conquistando e mantendo o poder na luta gloriosa da inteligência na tribuna, do valor na liderança. Mas, fiel ao ideal que recebera em sua formação de juventude como fiel,

e fiel até ao sacrifício, ao companheiro e amigo da cruzada que a Revolução guindara à sua Chefia, Aranha não chegou como podia ter chegado à Presidência da República, único posto que a vida lhe negou. Sem o ser, porém, criou um renome e um prestígio que poucos Chefes de Estado alcançam. "Segundo" de Getúlio

Vargas como a si mesmo se chamou, para os que conhecem os meandros da vida pública nacional, não é segredo que foi, muito mais que isto, o conselheiro atuante, o inspirador decisivo e sobretudo, um dos estímulos fundamentais para a afortunada carreira do amigo.

Personalidade rica, exuberante, polimorfa. Amante da vida, vivendo apaixonadamente, perdulário de emoções, mais ainda ao espírito dedicava as virtualidades de sua natureza. Homem universal, devorado pela curiosidade, aprendia num relance o que a leitura ou o comércio inte-

lectual oferecia e com facilidade e rapidez predigiosa, assehorava-se dos mais diversos assuntos, deles se tornando expositor insuperável. Era homem de ação e de pensamento; de vida material intensa e vida mental luminosa e alta, emanando da coração, transbordavam-lhe afetos.

Mais não digo do eminente brasileiro, que tudo dele é conhecido e proclamado, sendo, como foi, dos poucos, dos raros homens públicos deste país, que continuaram prestigiados e fortes, em todos os setores da sociedade, ainda depois de perder as posições de mando material.

Minhas palavras tentam exprimir a homenagem do Partido Libertador e só por isto têm valia e vão ao registro. Falo em nome de um Partido e dos homens que, no Rio Grande do Sul, Aranha combateu de armas na mão, pelas dolorosas contingências de nossas lutas de sangue e de paixão cívica. Combateu com bravura, que o aureolou, e com cavalheirismo e nobreza. Mas de que, anos passados, se tornou aliado e em quem encontrou companheiros inigualáveis, sem cujo concurso não seria possível o movimento de 1930. Falo em nome do Partido Libertador. Senhores, rendendo ao grande morto a reverência de sua admiração e de seu respeito.

Senhor Presidente. Com a perda de Aranha, cuja obra os oradores justamente ressaltam, fica empobrecido o Rio Grande de um de seus valores mais representativos. Menos de três meses, depois da morte de Flores da Cunha, seu mais fraternal amigo desde os dias solares da mocidade, parte Osvaldo Aranha para a grande jornada. Poucos são os que restam da geração a que pertenceram, geração que projetou meu Estado no cenário federal mais do que qualquer outra, em nossa história republicana. As páginas desta história dirão de seus méritos, como da contribuição que trouxeram à evolução política e social de nosso país. Hoje e sempre, porém, o Brasil e, em especial, o Rio Grande, em luto choram a morte de um de seus líderes mais autênticos, de uma de suas personalidades mais ricas, de um de seus homens públicos mais prodigamente dotados de talento, tradição e fascínio pessoal, capacidade de ação, de luta e de pensamento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire, sétimo orador inscrito.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Lê o seguinte discurso) Senhor Presidente. Quero associar-me com estas palavras escritas com a mais triste e saudade ao sentimento de

pesar que neste instante todo o país experimenta pela morte do Embaixador Osvaldo Aranha. Esse sentimento de profunda tristeza não é apenas do

Brasil — irradia-se para todo o Continente, que nele reconhecia uma das grandes figuras de nosso tempo a serviço da concórdia americana.

Digo mais: esse sentimento, envolve todas as Nações amigas, que sentiram os benéficos influxos do Ministro Osvaldo Aranha à frente de nossa Chancelaria ou como Presidente da Organização das Nações Unidas.

Testemunha de sua nobreza de conduta dentro de nossas fronteiras como um estadista de excepcionais merecimentos, tive a honra de assistir, na qualidade de membro da Delegação brasileira na Onu, ao prestígio de sua personalidade de exceção nessa assembléia.

Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, retomou o Ministro Osvaldo Aranha, com os poderes de sua inteligência e a sua habilidade diplomática, os grandes dias em que Joaquim Nabuco ali exerceu idêntica missão. Era ele, por temperamento e biocínio, um perfeito diplomata, desses que colocam os interesses da comunidade humana de harmonia com os sentimentos da dignidade e da grandeza nacional.

O Embaixador Osvaldo Aranha dele Quem quer que haja convivido com recolheu a impressão do homem essencialmente cordial, para quem a vida, no seu tecido de relações, era um afetuoso exercício.

A Revolução de 30, de que ele foi uma das grandes figuras, deu-lhe a merecida projeção nacional, quando sua inteligência entrava no meio-dia da maturidade. Ele se distinguia desde os primeiros instantes, de início como um temperamento combativo — aquele temperamento que é o segredo da vitória na hora da luta.

Vitoriosa a revolução, o soldado de lenço vermelho amarrado ao pescoço e converte num dos instrumentos de estruturação da nova ordem política, com o sentido da cordialidade que faz desaparecer na consciência do vencedor a presença do vencedor, para só existir o compatriota interessado na grandeza da Pátria.

A bancada maranhense no Senado deu-me a inquietude de exprimir em seu nome e em nome do Estado que temos a honra de representar nesta Casa o sentimento de nosso pesar pela morte do grande Chanceler, que foi nas nossas lutas políticas nosso advogado permanente e gratuito. E é ao faz, Senhor Presidente, recolhendo dentro de mim mesmo, nas fontes profundas de minha saudade, as palavras de minha tristeza, que é a tristeza de quem se acostumou a encontrar no velho querido e exemplar Amigo que hoje pranteamos a palavra de estímulo e advertência de que tanto necessitamos nos embates da vida política.

Nos últimos anos de sua vida gloriosa, o Embaixador Osvaldo Aranha tinha-se voltado para o seu próprio passado, com o desejo de escrever em três volumes o seu livro de memórias. Seria essa obra um painel de nossa vida política nos últimos quarenta anos. No primeiro volume, que se intitulava *Muitos homens*, descreveria o seu autor o elenco de figuras importantes de nossa política que prepararam o advento da Revolução. O segundo volume, que se chamaria *Alguns homens*, destacaria entre aqueles vultos os valores mais significativos. E o terceiro, que se intitulava *Um homem só*, seria a biografia do Presidente Vargas, um perfil político de traços definitivos.

Esse livro de memórias, apenas esboçado nas suas grandes linhas, responderia a um precioso levanta-

mento de nossa crônica política, essencial para a compreensão desta hora da vida brasileira. E outro vulto se ergueria dessas páginas: o vulto do próprio narrador, que depois de haver elaborado a história, se recolhera ao seu gabinete de trabalho para contá-la — e contá-la com o seu luminoso espírito e a sua palavra admirável.

Senhor Presidente:

As figuras como o Embaixador Osvaldo Aranha, quando tombam depois de uma vida de grandes exemplos, se convertem em lições de civismo, que uma geração transmite a outra, no desdobramento infinito do tempo, para que a Pátria se fortaleça com o modelo de seus homens representativos. O destino do grande morto é precisamente a cripta desse Panteon. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Vivacqua, oitavo orador inscrito.

O SR. ATÍLIO VIVACQUA PRO-NUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard.

SR. JORGE MAYNARD:

— Sr. Presidente, o Partido Social Progressista, ao associar-se a esta homenagem que o Senado Federal presta à memória do Embaixador Osvaldo Aranha, cumpre com muita honra um indelével dever cívico.

Quando homenageamos compatriotas das virtudes de Osvaldo Aranha estamos na verdade, homenageando a própria Nação Brasileira.

O ilustre extinto atuou intensamente tanto na vida nacional, como no internacional, tendo ocupado postos da mais alta relevância e de maior responsabilidade. Em todos eles houve-se com raro brilho, demonstrando-se possuidor de magnífica sensibilidade patriótica.

Assim aconteceu nas lides acadêmicas; nas lutas políticas e armadas de que participou no seu Estado natal; na coordenação da Revolução de 1930; nas diversas pastas ministeriais que ocupou; nas missões diplomáticas; e por fim nas Nações Unidas, onde bem alto elevou o nome do Brasil.

Tenho presente bela conferência que, há mais ou menos um ano, pronunciou diante de seletos auditório. Dissertando e debatendo sobre a posição do Brasil de hoje face ao Mundo, deu magnífica prova de confiança em nossa Pátria, quando dizia nunca ter considerado nem admitido que se colocasse o Brasil entre os povos subdesenvolvidos, e sim dentre aqueles em pleno desenvolvimento. Repetia, então, o seguinte trecho do seu discurso inaugural da sessão da ONU, a que comparecera como nosso representante:

"O Brasil é grande parte do território, da população, das riquezas das Américas. Está meu país vivendo uma fase de intenso desenvolvimento. Como povo não temos, pois, aspirações que possam ultrapassar os limites de nossas possibilidades, de nossas fronteiras ou as das nossas tradições pacíficas e pacificadoras."

Ainda, adiante, dizia na sua dissertação: "Não me illecei jamais aos que querem apreender o Brasil como um pedaço, um necessitado, quase a esmolar. Não acreditei nunca nas vantagens da subserviência diplomática, para a obtenção de outras vantagens, além das que considerei justas e devidas ao Brasil. Nunca me apresentei como enviado de um país subdesenvolvido, mas de um povo

consciente dos seus direitos e deveres." Era o seu pensamento.

No trato dos assuntos internacionais, foi Osvaldo Aranha um hábil diplomata, um incansável batalhador pela causa da Paz entre as Nações e um fiel propagador do ideal panamericano. Nos assuntos nacionais, foi o administrador eficiente, o político atuante e esclarecido.

A sua memória, pois, as nossas homenagens. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a morte de Osvaldo Aranha acalorou a Pátria e inflamou fundo os corações. O grande estadista cobre com a sua personalidade rutilante mais do que três séculos da História do Brasil e estrava para outros povos o gênio político dos brasileiros de sua estirpe.

Não sei neste instante se devo falar em nome do meu Partido, o Partido de Representação Popular ou do Estado que represento. Nem importa saber, quando qualquer palavra que se ouvir para exaltar o nome do grande desaparecido há de expressar o próprio sentimento da alma nacional. Embora longe do meu Rio Grande, não necessito de nenhum esforço para calcular a extensão do trauma causado com a morte desse seu bravo filho. Como o minhoto que sopra anunciando a invernia por todos os cantos, ali, mais forte que o rádio, mais forte que a imprensa, de boca em boca, a notícia infausta cortou o Rio Grande em todos os seus quadrantes; morreu Osvaldo Aranha!

O tempo parece parar. O pensamento recolhe e medita. O pensamento evolui, recua, sintoniza, concatena fragmentos e, num repente, forma a imagem perfeita do gigante abatido. O quadro é confrangedor e causa essa perplexidade diante dos acontecimentos inesperados: Osvaldo Aranha ainda não estava na hora de morrer! Nós não queremos, nós não nos conformamos com o desaparecimento daqueles cuja presença tem o condão maravilhoso de estimular todas as lutas, pela lição permanente que se há de sua magnífica conduta pessoal, pelo exemplo grandiloquente de suas atitudes e dos seus inconfundíveis méritos.

O historiador do futuro há de estudar com a perspectiva do tempo a vida e a obra deste patriota sem java e há de situá-lo nesta contraditória e amarga quadra da vida brasileira, para que se possa então aquilatar, em suas exatas dimensões, o papel imenso desempenhado com tanta grandeza por esse gaúcho, cuja alma reatava a própria imensidão do pampa lendário. Mas, não será preciso esperar pelo pronunciamento da posteridade. Os que não se perdem nas restrições mesquinhas dos inconformismos gerados pela mediocridade que nada alcança, podem agora, como polderam durante sua própria existência, afirmar que Osvaldo Aranha constituía uma rara personalidade, uma estante personalidade, onde é difícil distinguir qual das facetas mais impressionava. Sua vida e seus feitos começam cobrindo a carta geográfica do seu Estado Natal que se tornará pequena para o seu gênio. A história se desenvolve, os acontecimentos tumultuam e em meio a tudo sua figura toma vulto. Faz-se notar o panorama nacional e seu nome impetuosamente embola os brasileiros de norte a sul. Estadista de gênio, a Pátria dele necessitava para missões de envergadura. E além-fronteiras, seu talento, sua visão, seu descolino, sua humanidade foram levar, outra vez, a contribuição brasileira na solução dos graves pro-

blemas do mundo. Disse bem Plínio Salgado em sua oração ontem proferida na Câmara dos Deputados: "... a tristeza imensa de perdermos um dos maiores brasileiros, aquele que o Governo da República poderia enviar a qualquer parte do mundo sem precisar de agenda, sem orientação, porquanto sua inteligência brilhante, seu descortínio raro, encontravam soluções rápidas e acertadas para todas as questões que interessavam ao Hemisfério livre, da América".

Poderíamos — e tantos já o fizeram — rememorar a fascinante existência do patriota morto, desde os primeiros postos que ocupou na vida pública, falar de sua ação revolucionária, de seu luta pelo revigoramento da democracia brasileira, de sua atuação como deputado, como professor, como profissional do direito, como promotor do reerguimento econômico do País quando chamado a pôr ordem nas finanças nacionais e, particularmente, falar do seu desempenho singular nas incontáveis missões que cumpriu como Embaixador. Mas, a nós, quer recuemos no tempo para admirá-lo como o fizemos quando meninos, tendo viva, intensamente viva, sua figura de revolucionário, longe vermelho ao pescoço, a suscitar em nossa imaginação episódios heroicos, — a nós o que sempre impressionou foi a permanente vitalidade dos ideais de Oswaldo Aranha. Dentro ou fora do Governo, ele sempre esteve presente, porque seu pensamento mantinha sempre a mais atalvada consonância com os acontecimentos.

Padece a nossa Pátria e sofre o mundo de uma crise de autoridade e de responsabilidade, porque desapareceu, dia a dia, a categorização e a hierarquia dos valores. Não será talvez o desanexamento do princípio, mas do sentimento da autoridade, a sua impressão como fundamento de toda ordem. E desaparece a responsabilidade, uma vez que a competência para o seu exercício pode ser improvisada por um golpe de aventura. A autoridade tem de ser decorrente de expressão dos valores legítimos da competência específica.

Hoje, as recomposições múltiplas e efêmeras de críticos é muito maior do que a dos realidades. Os créditos de confiança são cada vez mais limitados em favor daqueles que pretendem fazer alguma coisa e a dúvida reina em todos os aspectos. O entusiasmo social atingiu as portas do sentimento patriótico. E criticaram-se os corações pela pressão constante da egoísmo, abrangendo principalmente a essa hibernal atmosfera a consciência dos deveres para com a Pátria e com a humanidade.

O que engrandece os povos e os torna livres da escravidão é o sentimento comum da dignidade nacional que desperta do sentimento pessoal da dignidade inerente a cada membro da sociedade política de que formamos e a qual damos o nome de Nação.

Veja bem. Esses sentimentos de dignidade nacional, de autoridade e de responsabilidade motivaram a personalidade de Oswaldo Aranha. E no fato não queríamos que a vida viva nos deixasse. Era cada repetição. Em Oswaldo Aranha, nunca houve dúvida. Não vivo estava seu espírito vibrante em torno das questões nacionais como nos tempos em que, na sua ação catalizadora, se movia na política brasileira o Brasil preclaro de Oswaldo Aranha.

Nas as idéias não morrem e o exemplo é imortal. Urge pressa, permitindo-nos, porém, o reconhecimento e a meditação nesta hora em que os nossos corações se cobrem de cinza. Os fatos que ontem rememoramos em funeral o clarão em seu "Temão de Silêncio" e os cânticos que

se ouviram numa salva em honra ao morto, — ficarão ressoando ao longo do tempo. As lágrimas derramadas no instante em que a terra e as nuvens cobriam a tumba de Oswaldo Aranha disseram ao grande estadista que vidas como a sua geram vida, iguais para que a Pátria prossiga. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Silvestre Pericles, de acordo com o primeiro orador inscrito.

O SR. SILVESTRE PERICLES:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente. Senhores Senadores.

Em razão do meu próprio temperamento, sempre me afastava de reuniões públicas, reuniões em que os homens se agrupavam para que o objetivo comum desaparecesse e cada um viesse a fazer a sua própria vida. Mas hoje, aqui, agora, uma exceção. Hoje, aqui, em frente ao Embaixador Oswaldo Aranha, por um movimento espontâneo de real e sólida fraternidade, para a família dos Monteiro, ele era não e reconhecido como distinto homem.

Se no conhecimento clássico, no passado remoto, os mundos das idéias e dos fatos, o orador somente era orador quando dizia a verdade.

Essa, pois, aqui, em frente à respectiva do Senado, para produzir unicamente a verdade. Conheci o Embaixador Oswaldo Aranha, e com ele mantive boas e sinceras relações de amizade, a começar do ano revolucionário de 1923, quando ele combateu na Fronteira e eu na Serra do Rio Grande do Sul, ambos ao lado do venerando chefe Dr. Borges de Medeiros.

Passaram-se os anos, e sempre nas fileiras do mesmo Partido, o Partido Republicano Riograndense, até que atingimos o ano de 1929, quando se levantou a candidatura do honrado Dr. Getúlio Vargas para a presidência da República do nosso país.

Abro a primeira página do livro "Justiça Militar em Tempo de Guerra", escrito por mim, em Niterói, em 1935, e, como uma recordação, encontro o seguinte, que peço permissão para ler:

"Um dia, em fins de 1929, tendo ido de São Gabriel a Porto Alegre, por motivo de molestia, encontrei-me, no Instituto Pereira Filho", com o meu amigo Major Manuel Ribeiro Lourada.

Ja nessa época se sentia, no Rio Grande do Sul, o alvoroço da chama de entusiasmo, para a suprema magistratura País, pelo nome do Dr. Getúlio Vargas, candidato popular, em contraposição ao do Dr. Júlio Prestes, candidato oficial.

Na palestra que então entreteve com o Major Ribeiro Lourada, este me perguntou si, na minha opinião, era possível solucionar-se, pacificamente, a questão presidencial, com o reconhecimento, pelos poderes competentes, do Dr. Getúlio Vargas, de acordo com a vontade nacional.

Em resposta, declarei-lhe que o rebaixamento do caráter dos nossos homens públicos — os políticos ou, melhor, os politiquês — impediria, fatalmente, pela corrupção e pela violência, a proclamação da verdade, manifestada pela opinião pública.

E acrescentei que só pela força das armas poderíamos vencer. Revelou-me, então, o Major que já se organizara, em Porto Alegre, um núcleo de resistência, com o objetivo de desestacar-se uma sublevação contra o impatriotismo e a prepotência dos donos do Brasil.

Entre outras pessoas, que participavam dessa conspiração, citou-me, em sigilo, os nomes do Dr. Oswaldo Aranha, Major Edgar Soares Dutra, Capitão João Alberto, Capitão Gilberto Oscar Virgílio de Carvalho, Dr.

Ubaldo de Moura, Capitão Frederico Buys, Tenente Coronel Estilac Leal, e mais alguns outros, que a minha memória perdeu.

O chefe militar da insurreição seria o Capitão Luiz Carlos Prestes.

No dia seguinte o Major Ribeiro Lourada, um dos incansáveis propugnadores da Revolução Brasileira, levou-me à presença do Dr. Getúlio Vargas, que, apesar da sua notória ponderação, fez transparecer o seu agrado e viva simpatia aos motivos da nossa especial visita, apenas os três a conversar numa das salas do Palácio de Porto Alegre.

Dessa nossa entrevista com o então Presidente do Rio Grande do Sul, sai firmemente convencido de que a Revolução rebentaria.

E na página imediata:

"Abandonada a insurreição pelo Capitão Luiz Carlos Prestes, recebi, posteriormente, a notícia de que o seu chefe militar, em substituição, seria o meu irmão General Góes Monteiro, estando nela envolvidos dois outros irmãos, o Major Cicero e o Capitão Ismar".

Dai por diante, com a chefia militar do então tenente coronel Góes Monteiro, a revolução de outubro tomou novo rumo, um rumo esclarecido e tecnicamente certo, até a nossa vitória final.

Tínhamos assim, como se vê da simples citação que acabo de fazer, que o nome do Embaixador Oswaldo Aranha se destaca no primeiro lugar, quando ingressou na revolução. Os seus méritos já eram por todos nós conhecidos e acatados.

Desde aquele momento pude, portanto, verificar que ele era o grande animador da revolução brasileira. Sem ele, sem as suas atitudes de inteligência, sem a sua ação patriótica, nem sei se poderíamos triunfar, porque, naquela época, o seu espírito agia em toda parte, no sul, no norte e no centro do país.

A hora de marcharmos para a frente de batalha, o Embaixador Oswaldo Aranha ficou no governo do Rio Grande do Sul, com a missão importantíssima de garantir a Zona do Interior, tendo, como seu auxiliar de confiança direta, o meu irmão capitão Cicero de Góes Monteiro, a quem ele muito distinguiu; posteriormente morto, em combate, na frente da sua tropa, durante revolução paulista de 1932.

De ontem para cá, muito se proclamou e divulgou sobre as suas qualidades, a sua cultura, o seu valor e o seu patriotismo. Mas, entre os seus civis trabalhos, na administração, na política, no parlamento, na diplomacia e na luta pelas armas, tenho para mim que há um fato culminante em sua vida, o cimo da sua grandeza e da sua nobreza: é este fato, Senhor Presidente, que vou mencionar, para que todos reexaminem e julguem a altura daquela alma de escol.

O Grande Quartel-General das forças revolucionárias estava então instalado em Ponta Grossa, no Paraná, quando se deu a deposição do Presidente Washington Luís, pelas forças armadas da Guarnição Federal desta capital.

Estabeleceu-se, aqui, uma Junta Militar. Como surgiram certos indícios de governo ou de arbítrio do país por parte dessa Junta, o então Tenente Coronel Góes Monteiro mandou chamar os Doutores Maciel Júnior e Virgílio de Melo Franco e a mim, para redigirmos um telegrama-últimatum à referida Junta com as idéias que ele nos forneceu, e, em seguida, assinou. Esse telegrama-últimatum declarava, sem ambages,

nem sofismas, que o Presidente da República era o eminente Dr. Getúlio Vargas, de acordo com a vontade inabalável do povo brasileiro.

Nessa quadra decisiva o Embaixador Oswaldo Aranha seguiu imediatamente de Porto Alegre para esta capital, e, aqui, diante da Junta Militar sustentou a firmeza do General Góes e a sua decisão definitiva.

Nessa ocasião e que penso haver surgido o fato culminante da vida gloriosa do Embaixador Oswaldo Aranha. A Junta Militar aceitou os seus argumentos e a revolução ficou vitoriosa pela força, das armas do General Góes Monteiro e a simpatia imediata do Embaixador Oswaldo Aranha.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. SILVESTRE PERICLES — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Em face das idéias que V. Exa. acaba de expor, devo trazer um aditamento ao relato dos fatos sensacionais da época. Quando Juarez Távora chegou à Bahia, comando forças consideráveis das guarnições do Norte, recebeu telegrama da Junta Governativa, no qual os dirigentes lhe comunicavam haver assumido o poder e o convidavam para auxiliá-la, integrando a Junta. O então Capitão Juarez Távora respondeu que estava ciente, agradecido a comunicação, mas tinha a declarar que só conhecia um chefe da revolução, o Sr. Getúlio Vargas. E tudo se passou, depois, como V. Exa. e todos sabemos.

O SR. SILVESTRE PERICLES — Muito obrigado a V. Exa. pelo magnífico aparte.

Assim, Sr. Presidente, não houve mais derramamento de sangue brasileiro. Era a paz que descia sobre a nação, e, nessa paz, ele se levantava e brilhava como um sol no firmamento, nas manhas de poesia e doçura da nossa terra.

Senhor Presidente

Senhores Senadores.

Nesta sessão de saudade e de homenagem ao amigo e ao irmão que desta vida se partiu, estou cumprindo o meu dever, porque estou afirmando a verdade. O movimento de 1930 foi o único, no Brasil, realizado, até hoje, da periferia para o centro, e tornado vitorioso pelo talento da sua direção, apoiada no valor dos brasileiros.

Fico-me em paz com a minha consciência cívica pelo que estou fazendo agora e pelo que fiz o ano passado, mantendo a justiça e o patriotismo ao lado do Embaixador Oswaldo Aranha.

Presentes se acham nesta sessão vários dos nobres Senadores do PSD, a que pertencem, e podem dar o seu honrado testemunho sobre o que vou revelar. O eminente Presidente Juscelino Kubitschek, antes da reunião do PSD, na sua sede, para a escolha do nosso candidato à Presidência da República, ofereceu-nos um almoço no Palácio das Laranjeiras. Nessa ocasião, sem aspecto formalístico ou sigilo partidário, o nobre Senador Filinto Müller indicou-me para falar, em primeiro lugar, sobre os brasileiros mais idôneos e capazes para serem os nossos candidatos no pleito do corrente ano.

E então pronunciei sinceramente: o PSD, a meu ver, devia dar a sua preferência ao Embaixador Oswaldo Aranha, ou ao Marechal Eurico Dutra, ou ao Dr. Tancredo Neves, ou ao Marechal Henrique Lott.

Foi isso o que eu disse e sustento a minha palavra; a derradeira ha-

na III Sessão da U.N.R.R.A., em 1943. Secretário-Geral da Delegação do Brasil na I Assembleia Geral das Nações Unidas, em Londres, em 1946. Membro do Grupo de Peritos da Or-

ganização das Nações Unidas, designado pelo Secretário-Geral daquela Organização, em 1946. Delegado do Brasil na Conferência Internacional do Trigo, em Londres, em 1947. Chefe, substituto, do Departamento Econômico e Consular, do Ministério das Relações Exteriores, em 1950. A disposição da Presidência da República, em 1950. Chefe da Comissão de Organismos Internacionais, do Ministério das Relações Exteriores, em 1951. Representante do Brasil na Conferência Diplomática de Direito Marítimo, em 1957. Chefe da Missão Especial do Sudeste da Ásia em 1959.

5. Dos assentamentos pessoais do Diplomata Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, verifica-se que:

a) é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais;

b) foi muitas vezes elogiado pelo desempenho dado, às missões e comissões que lhe foram confiadas.

6. O Diplomata Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, que se encontra presentemente no Rio de Janeiro, é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Itália.

Beata Vettori, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Não há orador inscrito.

Facultada a palavra aos Srs. Senadores que dela desejarem fazer uso. (Pausa).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do veto nº 3, de 1959, do Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei número 15-B, de 1959, da Câmara do Distrito Federal, que estende aos civis e militares que mencionam os benefícios da Lei nº 31, de 31 de outubro de 1947, e isenta de pagamento dos impostos de transmissão, e predial os membros da Delegação do Brasil que disputaram na Suécia o Campeonato

Mundial de Futebol, tendo Participado, em 1959, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao veto dos arts. 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º e 20º e contrário ao referente ao art. 10.

Em discussão o veto. Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, bem compreendo a situação delicada em que me encontro, eu, velho ex-combatente, a vir tribuna defender o veto do Sr. Prefeito, justamente tido como contrário aos ex-combatentes.

Sei, Sr. Presidente, ingrata a missão. Sei que seria mais hábil, mais inteligente, mais político quedar-me silencioso e deixar que o projeto corresse; mas, Sr. Presidente, eu tenho em minha longa e atribulada carreira militar uma característica que sempre foi reconhecida pelos meus inimigos e pelos meus adversários — sou coerente com meu procedimento. Quando penso que estou certo não mudo de opinião, embora desagrade aos poderosos.

Terminada a guerra, Sr. Presidente, em me enfilierei entre aqueles que defendiam os direitos dos pracinhas. Fui educado numa escola — e a pratiquei antes, durante e depois da guerra — em que se dizia que a guerra não terminava no campo de batalha. A guerra, para nós militares que chefiaram parcela de homens,

para os homens de governo, a guerra só terminava naquele dia em que pudessemos dar amparo a todos aqueles maltrapilhos, a todos aqueles homens doentes; e V. Exª, Sr. Presidente, que foi um grande defensor dos pracinhas na guerra, deve saber como isso é verdade. Enfileirei-me entre esses homens e tenho o orgulho de dizer que, homem pobre, que vive exclusivamente dos seus ordenados, durante mais de dez anos, registrei 10% do que ganhava para sustentar os pracinhas; e as Associações dos Ex-Combatentes de Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e outros Estados devem atestar que constam de seus anais o que pude fazer por esses homens, desde os pracinhas aos oficiais, dando-lhes sanatórios para tuberculosos, casas em Paraíba, tudo comprado a prestação, para poder concorrer com o pouco de que dispunha em benefício dos meus companheiros.

Assim, Sr. Presidente, um homem que pensa desta maneira, um homem que vive desta maneira, seria incapaz de vir da tribuna do Senado procurar tirar aos pracinhas aquilo que lhes querem dar, aquilo que merecem? Acontece, Sr. Presidente, que me enfileirei entre aqueles que, de início, combateram o Prefeito do Distrito Federal. Procurado pelos pracinhas da Associação dos Ex-Combatentes, informado apenas pelas notícias dos jornais, revoltei-me contra a atitude do Prefeito. Estava iniciando estudos para vir da tribuna do Senado protestar contra esse ato, que a mim me parecia uma indignidade — negar aos pracinhas aquilo que se dava aos jogadores de futebol — quando recebi do Prefeito uma carta que me comoveu, uma carta que me obrigou a meditar a que me obrigou a estudar.

Sr. Presidente, essa carta vou ler, para que o Senado dela tome conhecimento. Por estranho que pareça, aqueles que percorreram os corredores do Senado, aqueles que têm a audácia de procurar um Senador e dizer: Não fale contra porque V. Exª vai ser prejudicado; não fale contra porque estará prejudicando seus companheiros, esses, Sr. Presidente, não são pracinhas, são aqueles que sequer ouviram o barulho de um tiro ou sentiram cheiro da pólvora; são homens que gozam dos benefícios da FEB, gozam dos benefícios daqueles que sofreram, daqueles mutilados, daqueles que estão pela rua mendicando, gozam de todos esses benefícios e vão até impor aos Senadores que votem, porque nós assim queremos.

Pareu questão Sr. Presidente; de assim declarar, porque os ex-pracinhas, aqueles que me procuraram, aqueles que se queixaram, ao tomarem conhecimento da carta do Sr. Prefeito, ao tomar conhecimento de que eu havia chegado à conclusão de que a lei estava errada, que o projeto de lei não podia ser aprovado, esses aceitaram. Os ex-combatentes, aqueles que sofreram, aqueles que lutaram e tudo fizeram pela Pátria, esses aceitaram, acreditam na palavra do Sr. Prefeito, que prometeu enviar Mensagem à Câmara dos Vereadores, dando tudo que eles pediram e prometeu também sancionar, no mesmo dia, projeto de lei elaborado pela Câmara dos Vereadores que eliminasse os defeitos desta. Mas os outros, aqueles que gozam apenas do sacrifício que nós fizemos: aqueles que não foram senão o que chamamos Fuga B: aqueles que não quiseram ir para a guerra porque eram doentes ou tinham uma mãezinha e a sua mulher que não queriam que partilhassem, aqueles que tomaram parte na chacota de que éramos vítimas: aqueles quando a imprensa perguntava: Por que não partis Mas-

carenhas de Moraes? Ou Marcacenas por que demorais? Aquêles que deram um salto no escuro, como nós demos; aqueles que foram escoltados pela gloriosa Marinha de Guerra até os mares europeus, esses não concordam que se exclua da lei a Marinha de Guerra; esses não concordam que se exclua da lei a nossa gloriosa FAB, aquela que poluiu o nosso Atlântico, aquela que nos socorreu no campo de batalha, aquela que permitiu ao Brasil ter a maior vitória terrestre, depois da Batalha de Tulu, que foi a batalha de Monte Castelo, em que comandeí o Primeiro Escalão em que comandeí a vanguarda, porque foi a Força Aérea Brasileira, foi essa Força Aérea que fez um bombardeio cerrado à nossa frente, quando os americanos diziam que era impossível um bombardeio naquela ocasião.

O Sr. Mem de Sá — Creio que não foram excluídos.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Foram excluídos. Pela lei feita só atinge o pessoal da FEB. A Força Expedicionária Brasileira não conta Marinha de Guerra.

O Sr. Mem de Sá — O parágrafo do artigo ficou nantido. Foi alterada,

apenas, a cabeça do artigo. O parágrafo, apenas explicava o que se entende por Força Expedicionária Brasileira.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Deu nova redação ao artigo. Desta nova redação foi excluído o pessoal da Marinha e o pessoal da FAB.

O Sr. Mem de Sá — Não! Não foi. O artigo estabelecia a isenção para os elementos da FAB e o parágrafo dizia: "Estendem-se aos participantes da FEB, ... E enumerava. De modo que o parágrafo de maneira nenhuma foi alterado. Foi alterado apenas o fato.

Nesse ponto o ilustre Sr. Prefeito cometeu erro de interpretação.

O SR. CAIADO DE CASTRO — V. Exª, a quem reconheço valor, pensa dessa maneira.

O Sr. Mem de Sá — No caso, minha opinião teria pouca valia, mas é a opinião, por exemplo de Pontes de Miranda; e a simples leitura do artigo e seu parágrafo torna tudo evidente. O parágrafo apenas dá conteúdo ao disposto no artigo.

O SR. CAIADO DE CASTRO — A interpretação que demos, a de outros técnicos, mais qualificados do que eu, foi a de que os elementos da Força Aérea Brasileira, os elementos da Marinha...

O Sr. Mem de Sá — Ai seria profundamente injusto.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Quem serviu no Norte e no Nordeste do Brasil compreende o sacrifício de nossa Marinha Mercante, para nos levar, naqueles confins onde nos encontrávamos, os gêneros de primeira necessidade. Era eu, chefe do Estado Maior da Oitava Região Militar. De certa feita, em Belém, passamos mais de dez dias sem tomar café, porque não havia açúcar. Esses heróis, que, nessas casquinhas de nozes que o Brasil possui, fizeram o patrulhamento do Atlântico e se arriscaram, foram excluídos. No entanto, V. Exª me diz que não, que o artigo não os atinge.

O Sr. Mem de Sá — O parágrafo ficou inteiro, a meu ver e sobre isso não pode haver dúvida. Veja V. os dizeres do artigo:

(Lendo) "Art. 1º — Durante o prazo de quinze anos, a contar desta data, o imóvel adquirido, para sua residência, por componente da Força Expedicionária Brasileira por uma única vez será isento de imposto de transmissão, enquanto servir ao fim previsto neste artigo, e do respectivo imposto predial".

O SR. CAIADO DE CASTRO — V. Exª está lendo justamente o memorial distribuído juntamente pelos

militares que não foram à guerra, não foram combatentes que distribuíram esse memorial.

O Sr. Mem de Sá (Continuando lendo) "Parágrafo único — Serão considerados componentes da Força Expedicionária Brasileira, para os efeitos deste artigo, todos os que houverem prestado serviço de guerra e na Marinha Mercante, nesta última, a partir do primeiro torpedeamento de navios em águas territoriais brasileiras".

O SR. CAIADO DE CASTRO — Essa é a lei antiga. O que queremos, o que pleiteamos é isto que pedimos à Câmara dos Vereadores, e que eu, como Senador pelo Distrito Federal, procurei a Bancada do meu Partido, pedindo interesse em aprovar, foi, justamente, uma emenda elevando o teto de Cr\$ 450.000,00 para Cr\$ 1.000.000,00, mas atendendo a todos aqueles que fizeram a guerra. E não era indistinto — combatentes, viúvas e herdeiros. Não! Era uma vez só para o combatente. Quando o combatente tivesse direito, a viúva não tinha; quando ele não tivesse podia dar à viúva ou ao filho, mas da forma por que está redigido o projeto, e por todos entendido, é de uma elasticidade formidável.

O Sr. Mem de Sá — A Lei apenas ampara o combatente. A viúva, só no caso de não haver combatente ou o herdeiro "ou" e não "e".

Seria uma interpretação ad absurdum ficarem todos os herdeiros ad eternitatem. E' evidentemente direito assegurado ao combatente, à sua viúva no caso de ele estar morto ou ao seu herdeiro. Quer dizer, no caso de não haver nem o combatente nem a viúva o herdeiro, que pode ser o pai ou o filho menor.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Ou o neto ou bisneto ou tataraneto.

O Sr. Mem de Sá — Não! Não ou bisneto, só se não houver mais filhos. Sabe V. Exª na ordem hereditária o neto só herda se o pai estiver morto?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu desejaria pronunciar declarando que lamento muito, mas darei meu voto favorável ao veto do Prefeito. Estou convencido de que S. Exª empunhou sua palavra e enviou mensagem dando tudo que havíamos solicitado. Mais ainda: se a Câmara dos Vereadores vota o projeto de lei, S. Exª sancionará no mesmo dia.

Acredito, Sr. Presidente, no Prefeito do Distrito Federal. Acredito porque, das autoridades administrativas, a única que realmente nos tem auxiliado e realmente tem empregado os ex-combatentes é o atual Prefeito.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com todo o prazer.

O Sr. Sérgio Marinho — Se a Câmara não elaborar o projeto de lei, como poderá o Prefeito cumprir a promessa feita a V. Exª?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Enviando a Mensagem.

O Sr. Sérgio Marinho — Mas se a despeito da Mensagem não for elaborada a Lei?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Se o Prefeito mandar a Mensagem e a Câmara dos Vereadores não a atender, não há remédio.

O Sr. Sérgio Marinho — Há-de coibir V. Exª que a promessa não dependa exclusivamente do Prefeito e sim dele e do Legislativo. O Prefeito empunhou-se com V. Exª em sancionar uma lei da Câmara dos Vereadores, mas se a Câmara não a votar?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Não depende do Prefeito, estou certo; se dependesse, S. Exª o faria imediatamente. O Prefeito está num dilema: ou aprova uma lei visivelmente prejudicial aos interesses do

Distrito Federal ou recua um ou dois meses esperando a lei que convém.

O Sr. Sérgio Marinho — A meu ver, é preferível a aprovação da lei com os defeitos que contém, que os Pracinhas ficassem na dependência exclusiva de uma promessa inspirada pela melhor das intenções, mas que é apenas uma promessa.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Respeito a opinião de Vossa Excelência, embora pense de modo diferente.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — O Prefeito pode estar — e estou certo — com a mais sincera intenção. A Câmara dos Vereadores, entretanto, está convocada até o dia 14 de março com determinada ordem de projetos a considerar. A 15 de março começa a sessão legislativa ordinária que vai, porém, só até 21 de abril.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Pergunto a V. Ex.ª: Qual o prejuízo que ocorrerá se não for votada a lei no próximo mês? Nenhum. Continuarão tendo apenas quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros, e a isenção de imposto de transmissão.

O Sr. Mem de Sá — Enquanto que os jogadores de futebol — incluindo massagistas, médicos e treinadores — que integram a Delegação do Brasil — têm até um milhão e quinhentos mil cruzeiros.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Estou de acordo com V. Ex.ª, também sou contra isso. Mas sou obrigado, repito, a acreditar no Sr. Prefeito. E sou obrigado porque foi ele a única autoridade que, até hoje, realmente se preocupou com a sorte dos ex-combatentes.

Que adianta para os pracinhas, a isenção de impostos de um ou dois milhões de cruzeiros para compra de casa própria se o desgraçado está na rua, pedindo empréstimo de gari; se o desgraçado está passando fome, como os que ainda hoje me vieram procurar?

O que adianta, para nós, é dar o que comer a esses homens, vesti-los para, depois, dar-lhes uma casa própria.

Quem está na desgraça, até hoje, nobre Senador, e que não conseguiu quatrocentos mil cruzeiros, nem pode pensar em tão elevada quantia, porque é realmente astronômica para um homem desempregado, que está passando fome.

O Sr. Mem de Sá — Era muito mais astronômica em 1946.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Não, é possível que se diga a esse homem: tenha paciência, aguarde mais dois meses; só daqui a dois meses, você vai ter um milhão.

O Sr. Mem de Sá — Muito mais astronômica, repito, era em 1946, quando foi dada a isenção de quatrocentos mil cruzeiros. Claro que essa isenção tem que ser atualizada.

O SR. CAIADO DE CASTRO — O Prefeito está de pleno acordo em atualizá-la. Temos compromisso formal de S. Ex.ª nesse sentido.

Sr. Presidente, desejava apenas expor meu ponto de vista. Respeito a opinião de todos. Quero justificar meu voto favorável ao veto, porque estou convencido de que o Prefeito do Distrito Federal está certo. Sua Excelência procura defender os interesses da municipalidade. Sua Excelência se oferece para mandar uma Mensagem concretizando sua promessa. Não temos por que duvidar da palavra de S. Ex.ª.

No ano que findou, o Prefeito do Distrito Federal colocou-me mais de quarenta pracinhas que lhe encaminhei, pedindo emprego. Em outras repartições públicas e institutos nada conseguimos. Ainda temos uma lista de cerca de 58 ou 68, pedindo emprego.

Ora, um homem que quinze anos depois de finda a guerra ainda está na miséria; um homem que nessas condições vê erguer-se esse monu-

mento que é construído em sua homenagem; para que vai servir isso, eu pergunto a V. Ex.ª.

O Sr. Mem de Sá — Tem Vossa Excelência carradas de razão.

O Sr. Sérgio Marinho — Eu também desejaria saber.

O SR. CAIADO DE CASTRO — O dinheiro que estamos gastando, e ainda vamos gastar, mandando uma comissão à Itália, percebendo diárias e gratificações em dólar; vencimentos pagos três vezes, tudo isso para trazer para o Brasil os restos mortais dos pracinhas, esse dinheiro podíamos dar a esses desgraçados, para poderem comer.

O Sr. Mem de Sá — Sabe Vossa Excelência que me batí contra isso, concordando com o pensamento de V. Ex.ª. Acho um contra-senso o que se está fazendo.

O Sr. Sérgio Marinho — Eu acho um escárnio!

O Sr. Mem de Sá — Mas foi o eminente Marechal Mascarenhas de Moraes quem se empenhou nesse sentido; e foi graças ao apelo de Sua Excelência, que o Senado assim votou.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Arrostando com toda a antipatia e com a campanha que sei será feita contra mim, por ter tomado essa atitude, estou agindo de acordo com a minha consciência, e certo de que estou agindo a favor dos pracinhas.

O Sr. Mem de Sá — A atitude de V. Ex.ª é a mais nobre e elogiável.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Mem de Sá — Arrosta V. Ex.ª possível incompreensão ou injustiça de julgamento por votar pelo que considera certo. Peço licença para lhe louvar a atitude e me emocionar com o gesto do nobre colega, neste momento.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Mais uma vez agradeço a V. Ex.ª. Senhor Presidente, com o mesmo ardor, com a mesma sinceridade com que hoje defendo o ato do Sr. Prefeito do Distrito Federal declaro que votarei com S. Ex.ª confiante em que cumprirá sua palavra de mandar a Mensagem pedindo o aumento do teto da isenção; mas voltarei à tribuna, em outra ocasião, se preciso, para atacar outro procedimento de Sua Excelência.

O Sr. Mem de Sá — Nesse ponto parece-me que o Sr. Prefeito, a respeito de quem formo excelente conceito e cujas intenções, estou certo, são as melhores, joga com a impossibilidade muito grande. A Câmara dos Vereadores está convocada; o Sr. Sá Freire Alvim promete, com toda a sinceridade, enviar-lhe a Mensagem; mas não se sabe se essa Mensagem chegará a tempo e se será votada.

O SR. CAIADO DE CASTRO — V. Ex.ª está-me fazendo lembrar fato muito interessante. Nas discussões havidas para evitar que haja intervenção no Distrito Federal, já se considera a possibilidade da fusão com o Estado do Rio de Janeiro; e nós cariocas, não teremos sequer o direito de escolher o nome; seremos anexados, pura e simplesmente, para evitar a intervenção.

Como declarei na Comissão, não sei qual será o perigo ou prejuízo maior: se uma intervenção por seis ou sete meses, para nós que, durante cento e tantos anos, vivemos em estado de intervenção; ou passarmos a vida inteira, agora, nem mais nome teremos, porque vamos ser anexados a um Estado, que já se diz Estado do Rio de Janeiro. A Constituição não fala em Estado do Rio de Janeiro.

De maneira que não acredito possa ocorrer dúvida sobre se o Prefeito mandará ou não a Mensagem à Câmara dos Vereadores.

Não creio que S. Ex.ª fosse capaz de, espontaneamente, escrever esta carta para depois voltar atrás.

O Sr. Mem de Sá — Exato. Não tenho a menor dúvida.

O Sr. Sérgio Marinho — A dúvida está em se saber se a mão dele poderá chegar até lá.

O Sr. Mem de Sá — Não sabemos se haverá tempo para a Câmara Municipal votar.

O Sr. Sérgio Marinho — Quanto às intenções do Sr. Prefeito, ninguém pôe em dúvida, V. Ex.ª que está com a palavra poderá esclarecer-me — já que cheguei atrasado — qual a maior falha que a lei contém e que levou o Prefeito a votar?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Vou ler a carta de S. Ex.ª:

C/CP-712-59 — Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1959
Excelentíssimo Senhor
Senador General Aguiar
Caiado de Castro,
Senado Federal
Nesta

Meu caro Senador e Amigo,

Soube que o eminente amigo estranhara o veto oposto por mim ao artigo 3º do Projeto de lei número 15-B-59. A natural liderança que Vossa Excelência desfrutava nos problemas relacionados com os gloriosos pracinhas exige que imediatamente, lhe escreva. Não quero que Vossa Excelência possa pensar que a atual Prefeitura não dispensa aos ex-combatentes a admiração e o respeito que eles merecem.

Ocorre, ilustre Senador, que o dispositivo vetado estava muito mal redigido. Contra a elevação do teto da isenção concedida aos antigos componentes da FEB, pelas Leis 31, 692 e 696, de 1947 e 1952, de Cr\$ 450.000,00 para Cr\$ 1.000.000,00, nada se pode dizer. Ela corresponde sem dúvida, ao aumento do custo de vida, verificado desde aquela época. Naturalmente conseguiria adquirir hoje um imóvel, para residência, por 450 mil cruzeiros, e, portanto, permanecendo tal limite, ficaria inócua e ineficaz a isenção. Mas a extensão do favor às viúvas ou herdeiros dos beneficiários, como queria o artigo 3º, infringe as boas normas de justiça fiscal e torna o dispositivo altamente lesivo aos interesses do Distrito Federal. Realmente, quantos são esses herdeiros? Em duas ou três gerações quanto já não serão? Formar-se-ia, no Rio de Janeiro, um grupo cada vez mais numeroso de pessoas favorecidas por isenções tributárias em vista do fato de haverem possuído um antepassado combatente. E como o projeto não estabelece restrições, os herdeiros que mencionaria poderiam ser, até mesmo, os testamentários. Parece-me que seria descabida um tal extensão do disposto nas leis anteriores sobre o assunto. Duvido, aliás, que os antigos pracinhas e a Associação dos Ex-Combatentes — que os representa com brilho e denodo — estejam de acordo com o dispositivo se esclarecidos sobre as consequências do mesmo para as finanças municipais.

Devo acrescentar, porém, que sou a favor do aumento do teto da isenção de 450 mil cruzeiros para o 1 milhão de cruzeiros e neste sentido estou disposto a enviar Mensagem à Câmara dos Vereadores ou a sancionar qualquer outro dispositivo que aquela me envie, livre do excesso que, ainda mais, fere os princípios da personalidade e de transmissãoabilidade que em toda a parte sempre caracterizaram os favores fiscais.

Muito satisfeito por ter podido prestar ao ilustre amigo estas explicações, e às ordens para qualquer novo esclarecimento ou

atuação, apresento-lhe meus cordiais cumprimentos.

Ass., Sá Freire Alvim.

Sr. Presidentet, em face dessa carta do Prefeito do Distrito Federal, repito — acredito e mS. Ex.ª; dou meu voto apoiando o Veto e espero que S. Ex.ª, no menor prazo possível, atenda aos meus companheiros de guerra.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com todo o prazer.

O Sr. Sérgio Marinho — Considero respeitável a razão invocada. Na realidade, o vocábulo "herdeiros" devia ser adjetivado. Ao mesmo tempo, em face da argumentação desenvolvida, com muito fulgor por V. Ex.ª, não é difícil, e é até espontâneo, concluir-se que a alegação do Sr. Prefeito, de que a rejeição do veto implicaria numa sangria para os cofres municipais, de se ter cabimento, pela impropriedade, pois como argumenta V. Ex.ª os pracinhas não estão em condições de se beneficiarem das vantagens que a lei lhes atribui. Entretanto, nestas condições, preferível a rejeição do veto, mesmo por causa dessas falhas inequívocas apontadas pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal, até que se elabore nova proposição, que poderia revogar os dispositivos tidos "havidos como defeituosos na lei atual.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito obrigado a V. Ex.ª.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, a Câmara dos Vereadores aprovou redação nova a artigo da Lei nº 31, que concede isenção fiscal aos componentes da Força Expedicionária, às suas viúvas ou herdeiros, no que concerne à aquisição de imóveis para residência própria.

O art. 3º, também vetado, estabelece a elevação do nível sobre o qual deve incidir isenção fiscal, que passa de quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros para um milhão de cruzeiros, em virtude das razões invocadas pelos autores da proposição e consagrada pela elevação do valor venal dos imóveis, nesta cidade do Rio de Janeiro.

Verificar-se-á, tal seja a hermenêutica porventura adotada pelas autoridades administrativas e pelo Poder Judiciário, dadas as expressões contidas na redação defeituosa da Lei, que poderá o intérprete adotar, em elástico compatível com a determinação legal, a concessão de uma imunidade tributária e não de uma isenção a prazo fixo. Ficará, assim, o expedicionário, a viúva ou herdeiro de expedicionário, sem restrição quanto à ordem de vocação hereditária prevista no Código Civil, por tempo indeterminado, a merecer a imunidade a que aliás e não a isenção prevista na Lei 31, por quinze anos.

Argui-se, neste passo da apreciação do veto do Sr. Prefeito, que a alteração "caput" do artigo não teria influenciado, de qualquer modo, ou vulnerado a articulação legal nos parágrafos que o esclarecem, com relação às outras forças que compuseram a Força Expedicionária Brasileira.

Realmente, devo assinalar, com certa ênfase, que a alteração da redação do artigo não poderá vulnerar, de qualquer modo, os parágrafos enumerados pelo novo texto redacional adotado pela Câmara dos Vereado-

É pacífico que a lei só poderá ser revogada ou abrogada por outra lei quando a ela se referir expressamente, especialmente, quando, como na hipótese, é ela de isenção tributária que só o poder tributador pode adotar e deferir aos contribuintes. Mas, como assinala inicialmente, os artigos 2.º e 3.º vulneram, não há negar, o direito da Prefeitura do Distrito Federal, adotando uma isenção sem limitação de prazo e atingindo, na sua redação defeituosa, data venia, a toda uma gama de herdeiros, sem restrição alguma, permitindo-se uma imunidade em favor de inúmeros prédios com prejuízo evidente para a Prefeitura, Poder Tributador, e constituindo um privilégio em favor de uma classe que não poderá ser favorecida através da lei especial e de favor pessoal, como é a que se delibera neste momento.

Debateu-se, igualmente, como fundamento à rejeição do veto do Sr. Prefeito, a concessão deferida aos componentes da Delegação Brasileira de Futebol que conquistou o Campeonato Mundial na Suécia.

Porém, aqui, há a restrição de que a outorga deferida é apenas pessoal aos jogadores e massagistas que participam do prêmio internacional, sem extensão às viúvas ou herdeiros, "entendendo-se, portanto, logo que se esvaíram elas no período fatal que lhes é atribuído, não se permitindo, em consequência, o elastério que merece a nossa desaprovação, em virtude do defeito visto e ressaltado na redação dos art. 2.º e 3.º do projeto vetado.

Com relação aos jornalistas, que mereceram parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, deve ser assinalado que tiveram os nobres profissionais da Imprensa uma concessão, pelo período certo e determinado de quinze anos e, posteriormente, no projeto vetado, uma prorrogação de apenas cinco anos, para que pudessem adquirir a casa para uso próprio, sem qualquer concessão em favor de viúvas ou herdeiros.

Mas todo o debate perde o seu sabor em face dos compromissos formais assumidos pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal, cuja ombridade e probidade ninguém discute e, ao revés, toda a análise, assegurando que enviaria à Câmara dos Vereadores uma Mensagem concedendo os mesmos favores, atribuindo a mesma outorga, dentro em breve prazo, para assegurar aos pracinhas, sem quaisquer dúvidas ou embargos, o favor da Lei n.º 31, mas por uma só vez e com a restrição temporal atribuída pela referida lei.

Sr. Presidente, recebi uma carta do Sr. Prefeito que reitera os termos daquela outra recebida pelo eminente Senador Caiado de Castro, que aqui falou com propriedade, como porta-voz dos que participaram do último conflito mundial, trazendo a impressão e a convicção de todos os integrantes da Força Expedicionária Brasileira, não só de confiança na promessa do Chefe do Executivo Municipal, mas, também, a esperança de que serão atendidos pela Câmara dos Vereadores numa reiteração de propósitos, porque antes o Legislativo Municipal já consagrara a tese e subjugara os interesses dos pracinhas até em excesso.

A carta a que aludo, tem o seguinte teor:

Prefeito do Distrito Federal — C-CP-23-60.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1960.

Exmo. Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

Senado Federal.

Nesta:

Precado Líder.

No tocante à nossa convenção relativa ao veto oposto por mim aos

artigos 2.º e 3.º do Projeto de Lei n.º 15-B-59, quero esclarecer a Vossa Excelência que, a meu ver, sobre todos os argumentos a favor do veto, sobreleva aquele referente ao prazo da isenção.

Não parece justo que se transforme a isenção em imunidade relativa ao imóvel, que é o que faz o dispositivo vetado.

O artigo referente aos jogadores camponeses internacionais limita a isenção enquanto eles residirem no imóvel.

No dispositivo vetado não dá prazo para a isenção, que na lei anterior era de 15 anos.

Além disso, pela redação do dispositivo, embora se possa dar outra interpretação, também se pode entender que a imunidade se estende a todos os herdeiros, numa sucessão sem limites, o que acarretaria um ônus imprevisível ao erário. E este seria, na certa, o entendimento que prevaleceria no judiciário, contra o erário municipal, se fora de dúvida, ademais, que se referindo a herdeiros, abrange também o herdeiro testamentário, sem vínculo de parentesco, o que evidentemente, é injusto.

Pode crer, meu caro Líder, que o meu escopo não é outro que zelar pela receita pública e não tenho dúvida, conforme carta que dirigi ao Senador Caiado de Castro, em enviar mensagem à Câmara dos Vereadores pedindo, não só o aumento do teto da isenção, previsto no art. 3.º, como a fixação da isenção prevista no art. 2.º, desde que somente por uma vez em favor do expedicionário e enquanto residir no imóvel.

Estas são as razões que me levam a lhe pedir defesa manutenção do veto, solicitando que as esclareça ao nosso eminente candidato Marechal Henrique Lott, cujo interesse numa solução justa notei na carta que lhe dirigi e que teve a bondade de mostrar-me.

Devendo em breve convocar a Câmara dos Vereadores, estou certo de que em pouco tempo poderemos ter transformada em lei a matéria em seus justos termos.

Quero que aca sentar ao Marechal que o veto não visou senão evitar um ônus imprevisível e constante à receita pública.

Se a redação defeituosa dos dispositivos vetados não pudesse levar a essa interpretação perigosa, de uma imunidade permanente em favor de herdeiros em escala sucessiva e constante, pode crer que não teria vetado os dispositivos. A mim cumpria, com o veto, procurar evitar esse risco, mesmo que só como risco se pudesse considerar o que consta no dispositivo vetado.

Muito grato pela sua atenção, peço-lhe que aceite os meus mais cordiais cumprimentos. — Sr. Francisco Alvim.

Verifica assim o Senado que o Sr. Prefeito tem os melhores propósitos e manifesta as mais louváveis intenções em favor dos direitos legítimos dos pracinhas, sem descurar, no entanto, dos interesses maiores da Municipalidade. Louvável atitude, e só referências enconômicas pode merecer aquele que defende sobranceiramente a Municipalidade, nesta hora difícil da vida pública nacional.

Devo assinalar, nesta oportunidade, que a aquisição, como acentuou que a aquisição, como acentuou o eminente Senador Caiado de Castro, de uma casa ou apartamento, no subúrbio, na base de quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros — talvez o teto dos Pracinhas na aquisição de pro-

priedade imobiliária — é possível no interregno entre a manutenção do veto e a aplicação da nova Lei que será defendida pelo Sr. Prefeito perante a Câmara dos Vereadores.

Mas, deixando acertar e com intuito de dar soluções louváveis a toda competição que porventura ocorra no Senado Federal, apresentei, com o conhecimento e a complacência dos mais eminentes Líderes desta Casa, o pedido de adiamento da votação do projeto, para que, na próxima sessão, após debate apurado, possamos decidir, com convicção, aquilo que, ao meu ver, está suffragado pela razão e pela melhor doutrina — a manutenção do veto do Sr. Prefeito, caso não se dê lindas mais compatíveis à tese debatida na sessão subsequente a esta.

Sr. Presidente, essa a explicação que desejava dar aos eminentes colegas e a demonstração de que a Liderança da Maioria, no eventual exercício que me incumbe, procura atender aos reclamos gerais da coletividade. (Muito bem; Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Bancada da União Democrática Nacional tem constantemente votado no sentido da aprovação dos vetos do ilustre Prefeito do Distrito Federal, por reconhecer, nos atos de S. Exa., negando sanção a dispositivos de várias leis votadas pela Câmara dos Vereadores, orientação segura na defesa dos altos interesses da Capital da República.

Neste momento, porém, não posso manifestar-me favoravelmente à aprovação total do veto do Chefe do Executivo Municipal submetido ao estudo do Senado da República. Em relação ao artigo que concede isenção de impostos aos componentes das Forças Armadas que lutaram nos campos da Itália, entendo bem a atitude da Câmara dos Vereadores ao prorrogar-lhe o prazo de vigência. Esteia-se o veto do Sr. Prefeito em dois fundamentos. Alega S. Exa. nas suas razões, que o dispositivo vetado, que substitui o Artigo 1.º da Lei n.º 31, de 31 de outubro de 1947, concede aquela isenção apenas aos componentes da Força Expedicionária, restringindo-a no tocante aos elementos da Marinha de Guerra, da Aeronáutica, da Marinha Mercante e outrossim as que também tomaram parte na defesa da democracia mundial.

Não há como argumentar-se nesse sentido, pois que o dispositivo vetado refere-se diretamente ao Artigo 1.º da citada Lei n.º 31, modificando-o sem, entretanto, suprimir o parágrafo que lhe segue.

Ora, Sr. Presidente, o novo dispositivo que sofreu o veto do Sr. Prefeito do Distrito Federal, está assim concebido:

"Fica isento do imposto de transmissão de propriedade e do respectivo imposto predial o imóvel adquirido para sua residência por componentes da Força Expedicionária Brasileira, suas viúvas ou herdeiros".

Esse dispositivo vem substituir, precisamente, o Artigo 1.º da Lei n.º 31, de 31 de outubro de 1947. Substitui exclusivamente o Artigo, sem suprimir o Parágrafo único que a ele vem adjecto e assim concebido:

"Será considerado componente da Força Expedicionária Brasileira, para os efeitos deste artigo, todos os que houverem prestado serviço de guerra no Exército, na Aeronáutica, na Marinha de Guerra e na Marinha Mercante, nesta última a partir do primeiro torpedamento de navio em águas territoriais brasileiras".

Este dispositivo permanece, pois que substituído foi apenas o texto do Art. 1.º. Consequentemente, desobedece a argumentação do Sr. Prefeito do Distrito Federal, quando considera que a "nova disposição legal viria trazer restrições aos demais componentes das Forças Armadas que defenderam nossa Pátria."

O dispositivo que mereceu a crítica de S. Exa., constituindo, aliás, razão fundamental do seu Veto, é o que estende o benefício da isenção às viúvas e herdeiros dos militares contemplados naquele artigo.

Ora, Sr. Presidente, nada mais justo do que se conceder tal isenção aos que participaram da defesa da Pátria, estendendo-o às viúvas e herdeiros. Argumenta, porém, o Sr. Prefeito do Distrito Federal que na expressão "seus herdeiros" concretiza-se uma série ininterrupta de concessões.

Não tem razão S. Exa. pois, que a lei se refere, exclusivamente, aos herdeiros do beneficiário. Falecidos estes, os que se seguirem já seriam herdeiros dos seus herdeiros e não poderiam estes aproveitar-se da isenção consignada no dispositivo vetado.

Argumenta ainda S. Exa., comparando as vantagens que a honrada Câmara dos Vereadores do Distrito Federal concedeu às viúvas e herdeiros do militar componente da Força Expedicionária Brasileira, com a isenção atribuída aos integrantes do grupo futebolístico, que se sagrou campeão na Europa, aos quais — diz — não se estenderam as mesmas vantagens.

Aos camponeses de futebol, a Câmara dos Vereadores não concedeu vantagens outorgadas aos ex-combatentes, qual sejam as de isenção também às suas viúvas e herdeiros.

Não podemos entretanto, Sr. Presidente, estabelecer comparação entre os pracinhas, que estiveram na Europa, pois combater em defesa de nossa Pátria e da Humanidade, e os jogadores de futebol, que lá foram, com dignidade e honradez; é certo, pojejar num campo de esporte, e sagrar-se camponeses, elevando o nome do Brasil nos meios esportivos.

Não se pode estabelecer igualdade de vantagens e de condições às dos que sacrificaram a vida, ou voltaram cobertos de cicatrizes e sofreram até hoje as consequências da guerra.

Liz-se, Sr. Presidente, que os elementos da nossa Força Expedicionária já se têm cumulado de benefícios. Não é verdade. Neste projeto mesmo, em que a Câmara Municipal eleva o nível de custo dos imóveis sobre o qual deve incidir isenção, aumentando-o de quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros para um milhão, ela o fez atendendo a que a própria caixa de auxílio aos militares para aquisição de imóveis, diante da queda do valor da nossa moeda, já elevou o limite de quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros para um milhão. De mesmo passo, entretanto, em que a Câmara dos Vereadores prevê para os ex-combatentes das Forças Expedicionárias Brasileiras a isenção sobre o máximo de um milhão de cruzeiros, estabelece o teto de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para os componentes do grupo de futebolistas que se sagrou campeão do mundo.

Sr. Presidente, não encontro, nas razões apresentadas pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal, motivos que me levem à convicção de dar nesta hora apoio ao veto apostado por S. Exa. a esses dois dispositivos da lei votada pela honrada Câmara dos Srs. Vereadores. Considero, finalmente, os seus argumentos e, por isso mesmo, meu voto será no sentido da rejeição do veto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

Mais nenhum Sr. Senador desejando fazer uso de palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Sobre a mesa requerimento do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 6, de 1960

Nos termos dos arts. 212, letra c, e 274, letra b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do veto n.º 8, de 1959, do Prefeito do Distrito Federal, a fim de ser feita na sessão de 1.º de fevereiro próximo.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1960. — *Jefferson de Aguiar*.

O SR. PRESIDENTE

Com a aprovação do presente requerimento, fica adiada a votação do veto.

Esgotada a matéria da ordem do dia. Não há orador inscrito para essa oportunidade.

Vou encerrar a sessão. Designo para a de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 1 de fevereiro de 1960

1 — Votação, em discussão única, do veto n.º 8, de 1959, do Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei n.º 15-B, de 1959, da Câmara do Distrito Federal, que estende aos civis e militares que mencionam os benefícios da Lei n.º 31, de 31 de outubro de 1947, e isenta de pagamento dos impostos de transmissão e predial os membros da Delegação do Brasil que disputaram na Suécia o Campeonato Mundial de Futebol, tendo Parecer n.º 859, de 1959, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao veto aos arts. 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 11.º e contrário ao referente ao art. 10.

2 — Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 1959, de autoria do Sr. Senador Silvestre Pereira, que institui o "Dia de Deodoro" (aprovado em 1.ª discussão em 22 do mês em curso), tendo pareceres

favoráveis (ns. 892 e 893, de 1959) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura. Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 22 horas e 5 minutos.

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, em reunião de 28 do corrente mês, resolveu promover os seguintes funcionários:

Arlete Bretas do Nascimento, Oficial Legislativo, classe "O", a Oficial Legislativo, "PL-7", por antiguidade, na vaga decorrente do falecimento de Nair Brown, a partir de 19 de novembro de 1959;

Elza Flores da Silva, Oficial Legislativo, classe "N", a Oficial Legislativo, classe "O", por antiguidade, na vaga decorrente da promoção de Arlete Bretas do Nascimento;

Maria Luiza Müller de Almeida, Oficial Legislativo, classe "N", a Oficial Legislativo, classe "N", por merecimento, na vaga decorrente da promoção de Elza Flores da Silva;

Ruth de Souza Castro, Auxiliar Legislativo, classe "L", a Oficial Legislativo, classe "M", por merecimento, na vaga decorrente da promoção de Maria Luiza Müller de Almeida;

Sylvio Pinto de Carvalho, Auxiliar Legislativo, classe "K", a Auxiliar Legislativo, classe "L", por merecimento, na vaga decorrente da promoção de Ruth de Souza Castro;

Aurora de Souza Costa, Oficial Legislativo, "PL-6", a Diretora de Serviço, "PL-2", por merecimento, na vaga decorrente da aposentadoria de Julieta Calathéa de Novaes, a partir de 15 de janeiro de 1960;

Paulo Lisboa Barbosa, Oficial Legislativo, "PL-7", a Oficial Legislativo, "PL-6", por antiguidade, na vaga decorrente da promoção de Aurora de Souza Costa;

Luiz do Nascimento Monteiro, Oficial Legislativo, classe "O", a Oficial Legislativo, "PL-7", por merecimento,

na vaga decorrente da promoção de Paulo Lisboa Barbosa;

Nathércia Silva de Sá Leitão, Oficial Legislativo, classe "N", a Oficial Legislativo, classe "O", por merecimento, na vaga decorrente da promoção de Luiz do Nascimento Monteiro;

Ercília Cruz da Fonseca, Oficial Legislativo, classe "M", a Oficial Legislativo, classe "N", por antiguidade, na vaga decorrente da promoção de Nathércia Silva de Sá Leitão;

Necy Gomes, Auxiliar Legislativo, classe "L", a Oficial Legislativo, classe "M", por merecimento, na vaga decorrente da promoção de Ercília Cruz da Fonseca;

Antonieta Furtado Rezende, Auxiliar Legislativo, classe "K", a Auxiliar Legislativo, classe "L", por antiguidade, na vaga decorrente da promoção de Necy Gomes;

Vera Moreira Ericson, Taquígrafa, "PL-6", a Taquígrafa Revisora, "PL-3", por merecimento, na vaga decorrente da aposentadoria de Luiza Berg Cabral, a partir de 31 de dezembro de 1959;

Maria Tereza Fernandes de Andrade, Taquígrafa, "PL-7", a Taquígrafa, "PL-6", na vaga decorrente da promoção de Vera Moreira Ericson, por merecimento;

Edmar Lélio Vieira Faria, Soares, Taquígrafa, classe "N", a Taquígrafa, classe "O", por merecimento, na vaga decorrente da promoção de Maria Tereza Fernandes de Andrade;

Pedro Rodrigues de Souza, Auxiliar de Portaria, classe "L", a Ajudante de Porteiro, classe "M", por merecimento, na vaga decorrente do falecimento de Joaquim de Araújo Pinho, a partir de 18 de setembro de 1959;

José Jurandyr de Vasconcellos, Auxiliar de Portaria, classe "K", a Auxiliar de Portaria, classe "L", por merecimento, na vaga decorrente da promoção de Pedro Rodrigues de Souza;

Oscar Luiz de Azevedo, Auxiliar de Portaria, classe "J", a Auxiliar de

Portaria, classe "K", na vaga decorrente da promoção de José Jurandyr de Vasconcellos, por merecimento.

Considerou prejudicado o Requerimento n.º 180, de 1959, em que Odete Lopes de Almeida solicita apostila de seu título no padrão "O", por já ter sido o mesmo apostilado no padrão "N".

Deferiu os seguintes requerimentos. N.º 183, de 1959 — em que Acy Faina de Arruda e demais Taquígrafos integrantes da classe "O" solicitam a apostila de seus títulos no símbolo "PL-7".

N.º 193, de 1959 — em que José Euvaldo Peixoto e demais Taquígrafos integrantes da classe "N" solicitam a apostila de seus títulos na classe "O".

N.º 1, de 1960 — em que Myriam Côrtes Greig, Oficial Legislativo, classe "M", solicita dois anos de licença para tratar de interesses particulares.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de janeiro de 1960. — *Luiz Nabuco* — Diretor Geral.

GABINETE DO 1.º SECRETÁRIO

PORTARIA N.º 4 DE 1960

O Primeiro Secretário, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 3, de 1958, resolve deslincar, a pedido, Cláudia Adda Passerini, Oficial Legislativo, classe "O", das funções de Auxiliar de Gabinete do Sr. 3.º Secretário e designar para exercer as referidas funções, Maria Jos. Pacheco Giglio, Oficial Legislativo, classe "M".

Secretaria do Senado Federal, em 28 de janeiro de 1960. — *Senador Cunha Mello*, Primeiro Secretário.

PORTARIA N.º 5, DE 29 DE JANEIRO DE 1960

O Diretor Ger. I, no uso de suas atribuições, resolve designar a Oficial Legislativo, classe "O" — Cláudia Adda Passerini, para ter exercício na Diretoria da Biblioteca. — *Luiz Nabuco*, Diretor Geral.